

Amanda Myrella da Silva Gomes e Mônica Dias Martins

Ariadna Ferreira Alencar, José Pedro Castro da Rocha,
Kássia Tamires Lima de Sousa e Ronaldo de Souza Lima

Ensaaios sobre o
Pensamento
Internacional
Brasileiro

Experiências para além da sala de aula

REITOR

Hidelbrando dos Santos Soares

VICE-REITOR

Dárcio Ítalo Alves Teixeira

EDITORA DA UECE

Cleudene de Oliveira Aragão

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Luciano Pontes

Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes

Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso

Francisco Horácio da Silva Frota

Francisco Josênio Camelo Parente

Gisafran Nazareno Mota Jucá

José Ferreira Nunes

Liduina Farias Almeida da Costa

Lucili Grangeiro Cortez

Luiz Cruz Lima

Manfredo Ramos

Marcelo Gurgel Carlos da Silva

Marcony Silva Cunha

Maria do Socorro Ferreira Osterne

Maria Salete Bessa Jorge

Silvia Maria Nóbrega-Therrien

Amanda Myrella da Silva Gomes e Mônica Dias Martins

Ariadna Ferreira Alencar, José Pedro Castro da Rocha,
Kássia Tamires Lima de Sousa e Ronaldo de Souza Lima

Ensaio sobre o
Pensamento
Internacional
Brasileiro

Experiências para além da sala de aula

1ª Edição
Fortaleza - CE
2023

Edição
UECE

Ensaio sobre o pensamento internacional brasileiro: experiências para além da sala de aula

© 2023 Copyright by Amanda Myrella da Silva Gomes e Mônica Dias Martins

O conteúdo deste livro, bem como os dados usados e sua fidedignidade, são de responsabilidade exclusiva dos autores. O download e o compartilhamento da obra são autorizados desde que sejam atribuídos créditos aos autores. Além disso, é vedada a alteração de qualquer forma e/ou utilizá-la para fins comerciais.

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Cleudene de Oliveira Aragão

REVISÃO

Angícia Gomes Pereira Mourão

CAPA

Eduardo Bruno Ferreira de Araújo

PROJETO GRÁFICO

Narcelio de Sousa Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ensaio sobre o pensamento internacional brasileiro [livro eletrônico] : experiências para além da sala de aula / organização Amanda Myrella da Silva Gomes, Mônica Dias Martins. -- 1. ed. -- Fortaleza, CE : Editora da UECE, 2023.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-85-7826-864-0

1. Brasil - Política e governo 2. Ciência política
3. Pensamento político I. Gomes, Amanda Myrella da Silva. II. Martins, Mônica Dias.

23-144381

CDD-320.5

Índices para catálogo sistemático:

1. Pensamento político : Ciência política 320.5

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Todos os direitos reservados

Editora da Universidade Estadual do Ceará - EdUECE

Av. Dr. Silas Munguba, 1700 - Campus do Itaperi - Reitoria - Fortaleza - Ceará

CEP: 60714-903 - Tel: (085) 3101-9893

www.uece.br/eduece - E-mail: eduece@uece.br

Editora filiada à



PREFÁCIO

Mônica Dias Martins

Professora da Universidade Estadual do Ceará

Turma numerosa, disciplina nova... Um friozinho na barriga naqueles dias de pandemia a pleno vapor. O clima político era de desalento após o golpe de 2016, que afastou Dilma Roussef da presidência. Havia razões de sobra. Dentre elas, uma série de medidas relativas à educação colocadas em prática de forma acelerada, sorrateira e autoritária: o Programa Escola sem Partido (arquivado em novembro de 2017); a “PEC do fim do mundo” (Emenda Constitucional nº 95 de 2016); a contrarreforma do ensino médio (Lei Ordinária nº 13.415 de 17/02/2017); o veto à prioridade para o Plano Nacional de Educação (PNE), no orçamento de 2018. A situação agravava-se com a eleição de um governo de extrema direita, avesso a práticas e instituições democráticas, que aniquilava direitos sociais conquistados com luta e promovia o militarismo como fundamento para um modelo de escola e de cidadania.

O que fazer diante dessa conjuntura? Como motivar jovens cientistas sociais se preparando para concluir a licenciatura ou o bacharelado a se debruçar com afinco nos estudos sobre a política brasileira?

Até então, minhas aulas de Ciência Política II versavam sobre as concepções e os dilemas da democracia. O semestre anterior se deu, até a sua conclusão, na modalidade *online*, com grande esforço para manter acesa a chama do interesse em um campo científico que não costuma encantar. Enfim, era hora de enfrentar o desafio de ministrar Ciência Política III e me parecia pouco atraente apenas analisar a produção intelectual de cientistas políticos brasileiros. Era preciso mergulhar fundo nos temas geradores de nossa nacionalidade. Afinal, o Brasil é uma nação ou um Estado? Nação sem povo? Estado sem cidadão? Após meses de pesquisa, conversas com colegas e estudantes que já haviam cursado esta disciplina, finalmente, a ementa começou a criar corpo e alma.

O pensamento político brasileiro caracteriza-se por ser área de fronteira entre disciplinas (Sociologia, Antropologia, História da Arte, Teoria Literária, História, Direito, Economia, Filosofia). Trata-se, portanto, de um exercício multifacetário que discute as instâncias de poder, as relações de dominação e de resistência. Pensar o Brasil é refletir sobre a nação que se forma tardiamente, a sociedade conservadora que emerge do escravismo, o Estado autoritário que não rompe com o colonialismo. Mas tais ideias estavam longe de um consenso na literatura especializada. Como organizar tantos conteúdos polêmicos? Que metodologia adotar para despertar a curiosidade? Os módulos temáticos, iniciando com uma

apresentação do campo da Ciência Política no Brasil e a história das ideias políticas, ajudaram nesta fase de pesquisa e planejamento, que incluiu ainda leituras sobre os militares e as igrejas.

Feitas essas considerações gerais, ainda me sentia inquieta. Ansiava por deixar vivo que a pesquisa é parte imprescindível de um processo de autoformação fundado na *praxis*, na atividade criadora, na crítica e na autocrítica. A pesquisa nos permite mergulhar no desconhecido, vasculhar as relações de poder, escolher o que interessa descobrir e conhecer para transformar. Sem pesquisa não há autonomia do sujeito, mas mera reprodução do conhecimento. Assim, ao longo da disciplina, foram organizados grupos de trabalho para elaborar um plano de pesquisa, seguido de um plano de aula. Ensinar os colegas foi fundamental para sistematizar a rica experiência de ser simultaneamente aluno, pesquisador e professor.

O último módulo, intitulado “Pesquisando o pensamento internacional brasileiro”, ocupou um mês do curso e foi inteiramente dedicado a Celso Furtado, Milton Santos, Paulo Freire e Ruy Mauro Marini. Dispensando apresentações, os quatro autores resistiram ao canto da sereia da emulação acadêmica, conheceram o exílio no período da ditadura instaurada no Brasil em 1964 e dedicaram suas existências ao bom combate: a emancipação da humanidade. Cada qual lutou a seu modo e com armas próprias, a partir de seu chão – fosse ele a economia, a geografia, a educação, a teoria da dependência. Nada além dos nomes foi oferecido aos estudantes, que se esmeraram fazendo levantamento de obras referenciais,

vídeos, depoimentos, artigos acadêmicos, reportagens de jornal, em uma investigação meticulosa das fontes de informações. Seleccionaram os documentos, leram e prepararam suas aulas apresentadas por cada grupo de alunas e alunos à turma – aulas realizadas com grande esmero, vale dizer. Conversaram de forma franca com estes renomados intelectuais brasileiros de projeção mundial e interpretaram livremente, e com rigor, suas categorias teóricas: o desenvolvimento regional, a globalização, a dialogicidade, o subimperialismo.

Leitor, não espere encontrar nos capítulos que seguem mera transmissão de conhecimentos, retirados de manuais didáticos ou coleções publicadas por empresas de jornalismo. O que oferecemos são trabalhos inéditos que exalam o frescor e a vivacidade destes jovens talentos.

A sistematização e a análise das produções desta jornada desfrutada coletivamente podem ser conferidas nos textos escritos pelos estudantes e que, graças à Editora da UECE, a comunidade acadêmica passa a conhecer. É com enorme alegria que prefaciamos este *e-book* e esperamos que outras iniciativas voltadas para uma educação emancipadora e crítica venham a se somar. Resta apenas manifestar gratidão aos 25 jovens universitários que frequentaram em plena pandemia a sala de aula do videoconferências e me estimularam com sua participação a prosseguir com o ofício de ensinar.

Sumário

PREFÁCIO

Mônica Dias Martins

* 5

PODER REGIONAL:

CELSO FURTADO E O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

José Pedro de Castro da Rocha, Francisco Tarcisio Cavalcante Segundo, Matheus de Sousa Vieira, Raul Maia Pinho e Roney Paulo da Silva

* 10

A GLOBALIZAÇÃO NO PENSAMENTO DE MILTON SANTOS

Ronaldo de Souza Lima, Kilvia Tainá Santos Rocha, Maria Amel Gomes Barbosa, Sarah de Moura Nunes, Vinicius Cavalcante Santos e Vitória Regia Vidal Amaral

* 29

PAULO FREIRE:

EDUCAÇÃO POPULAR E SOCIEDADE ANTAGÔNICA

Ariadna Ferreira Alencar, Aglailton da Silva Bezerra, Amanda Myrella da Silva Gomes, André Lucas Sousa de Amarante e Katia Suely Pereira Martins

* 46

TEORIAS DE RUY MAURO MARINI: DA MARGINALIDADE À VALORIZAÇÃO

Kassia Tamires Lima de Sousa, Antônio Flávio Florêncio Aderaldo, Gabriela Prudencio da Silva Lima e Lucas de Oliveira Aguiar Ferrer

* 68

PODER REGIONAL: CELSO FURTADO E O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

José Pedro de Castro da Rocha
Francisco Tarcisio Cavalcante Segundo
Matheus de Sousa Vieira
Raul Maia Pinho
Roney Paulo da Silva

Resumo

Neste trabalho, são analisadas a relação entre o pensamento e a história do economista Celso Furtado e a criação de planos de metas para o desenvolvimento econômico da região Nordeste do Brasil. O artigo enfatiza a influência histórica do trabalho de Furtado na CEPAL e na SUDENE, enquanto órgãos formuladores de políticas públicas. Além disso, o texto trata dos fundamentos teóricos do pensamento furtadiano na construção da imagem nacional e regional brasileira, como também apresentará algumas percepções de Chico de Oliveira referentes à SUDENE.

Palavras-chave

Política de desenvolvimento regional. Nordeste. SUDENE. Celso Furtado.

1. INTRODUÇÃO

Celso Monteiro Furtado, nascido em 26 de julho de 1920, na cidade de Pombal, no interior do estado da Paraíba, foi um dos mais importantes e influentes economistas brasileiros do século XX. Tendo não só escrito sobre economia, Furtado também estudou e escreveu sobre as áreas de cultura e sociedade, tornando-se, assim, grande referência intelectual para o Brasil. Foi duas vezes ministro de Estado, sendo o primeiro a exercer a função no Ministério do Planejamento, no governo de João Goulart, de 1962 a 1963; mais tarde, na década de 1980, ocupou o cargo de ministro da Cultura no governo de José Sarney (1986-88). Porém, antes de iniciar sua carreira como ministro, Furtado já tinha experiência no âmbito público, tendo sido, na década de 1950, diretor da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), concomitantemente ao cargo de também diretor no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), – mais especificamente, no período de 1949 a 1957. Devido a essa experiência, Celso Furtado foi credenciado pelo então presidente, Juscelino Kubitschek, a presidir a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de 1962 a 1964 (TENÓRIO; WANDERLEY, 2018).

As principais obras que refletem o pensamento de Celso Furtado são, em sua maioria, na área de economia, com forte influência do estruturalismo, do keynesianismo e do historicismo. As principais são: *Formação econômica do Brasil*, 1959; *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, 1966; *A economia latino-americana*, 1970; *O mito do desenvolvimento econômico*, 1974;

Teoria e política do desenvolvimento econômico, 1977; *O capitalismo global*, 1998.

Celso Furtado morreu em 20 de novembro de 2004, vítima de um colapso cardíaco, na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro.

No presente ensaio, procuramos explicar a trajetória biográfica e intelectual da experiência de Celso Furtado como servidor público, enfatizando seu papel na criação de políticas públicas para o desenvolvimento do Nordeste, sua relevância, feitos e legado.

Em uma primeira seção, discorremos sobre os serviços públicos prestados por Furtado em órgãos nacionais e internacionais, verificando, da mesma forma, o contexto histórico em que estava inserido. Em uma segunda seção, oferecemos um apanhado da teoria furtadiana de desenvolvimento, observando suas principais contribuições para o pensamento brasileiro, sobretudo o econômico; assim como apresentamos algumas colocações baseadas na visão que Chico de Oliveira elabora sobre o órgão regional Sudene.

2. CELSO FURTADO E A CEPAL

Celso Furtado iniciou sua vida de servidor público no Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), em 1943. Esse órgão foi criado pelo então presidente Getúlio Vargas, em 1938, que implantava “um processo de modernização administrativa” do Estado brasileiro (TENÓRIO; WANDERLEY, 2018).

Vargas salientava, em suas próprias palavras: “o aparelhamento governamental instituído não se ajustava às exigências da vida nacional; antes, dificultava-lhe a expansão e inibia-lhe os movimentos”. O presidente visava criar assim uma “elite técnica” (RABELO, 2013, p. 79), com o fim de promover um maior dinamismo no serviço público brasileiro, aproximando mais o Estado às funções econômicas; ou seja, era uma época em que havia uma forte atuação do Estado na economia (TENÓRIO; WANDERLEY, 2018).

Então, com atuação destacada no serviço público no Brasil, com doutorado na Universidade de Sorbonne, Celso Furtado foi indicado pelo mais influente economista da América Latina do período, o argentino Raúl Prebisch, para ser o primeiro diretor do órgão internacional, criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948: a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Furtado foi diretor da entidade de 1949 a 1957 (TENÓRIO; WANDERLEY, 2018).

A CEPAL surgiu em um contexto em que se discutia, sobretudo, o papel do Estado como provedor de medidas econômicas para o desenvolvimento de um país. A literatura da época estava dividida entre, basicamente, o pensamento liberal norte-americano, o qual defendia a não intervenção do Estado na economia, deixando esta a cargo da iniciativa privada, e o pensamento keynesiano, o qual reconhecia o Estado como instituição importante, senão central na promoção de políticas públicas econômicas (TENÓRIO; WANDERLEY, 2018).

A CEPAL acabou por adotar uma visão mais keynesiana da economia. Contudo, não se pode reduzir o pensa-

mento cepalino apenas ao keynesianismo como sua única influência. Antes mesmo de John Keynes publicar sua obra *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, em 1936, já havia alguns países da América Latina aplicando o que viria a ser sua teoria em uma realidade bem diferente da analisada por Keynes, e essa realidade já trazia certa peculiaridade na ação do Estado (FONSECA, 2000). No Brasil, por exemplo, desde o início do século XX, o Estado já promovia a proteção da indústria do café, comprando as sacas do produto que não conseguiam ser vendidas no mercado internacional; ação essa intensificada no período da crise de 1929. O Brasil, durante a década de 1930, conseguiu manter estável sua balança comercial e, ainda, aumentou o nível de renda da população (FURTADO, 2007).

É, portanto, nesse contexto que Furtado insere-se na CEPAL, tendo como sua primeira tarefa coletar dados econômicos dos países latino-americanos, para serem apresentados na primeira conferência da entidade, em Cuba. Seu trabalho foi tão completo que serviu de base para o Plano de Metas de desenvolvimento nacional do governo de Juscelino Kubitschek (JK 1956-1960) (TENÓRIO; WANDERLEY, 2018).

Furtado, ainda trabalhando na CEPAL, é convocado por JK a também dirigir o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Depois de uma reunião entre a equipe do presidente e a equipe de Furtado, JK impressionou-se com as pesquisas elaboradas pelo economista e, por isso, o chamou para ser diretor do BNDES (D'AGUIAR, 2012).

Como diretor da CEPAL, Celso trouxe para o Brasil o Curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvi-

mento Econômico (CTPDE), instituição de nível superior, mais especificamente, em pós-graduação, que buscava promover as ideias do pensamento cepalino e ajudar os recém-formados a ingressarem na administração pública. Além disso, estabeleceu o diálogo entre a CEPAL e os diversos governos da década de 1950. Furtado foi, nesse sentido, o maior propagador dos princípios cepalinos no Brasil, influenciando a administração pública, assim como grandes planos de desenvolvimento econômico (TENÓRIO; WANDERLEY, 2018).

Após a sua experiência como diretor da CEPAL, e posteriormente como diretor do grupo misto CEPAL/BNDES, Furtado partiu para o seu pós-doutorado na Universidade de Cambridge para finalizar os trabalhos de sua principal obra, *Formação econômica do Brasil*. Depois de concluídos seus estudos no exterior, volta para o Brasil, onde assume exclusivamente a diretoria do BNDES, não estando mais ligado institucionalmente à CEPAL (TENÓRIO; WANDERLEY, 2018). Todavia, isso não significa que Furtado tenha abandonado por completo as influências da entidade internacional em formação intelectual, sendo até hoje um dos autores mais renomados da instituição.

Celso Furtado, então com essa experiência, inicia sua carreira como formulador de políticas públicas em nível nacional e internacional, credenciando-se para futuros cargos de promoção do desenvolvimento regional.

Por fim, é interessante assinalar que a carreira que legitimou Furtado como grande intelectual foi, de certa forma, contrária à maioria dos intelectuais de sua geração e de projeção semelhante. Quando era comum iniciar a carreira

em nível local e regional, para depois alçar funções ou influência internacional, Furtado faz o caminho contrário: começa sendo credenciado internacionalmente, para depois nacionalmente, e então, consolidando-se, regionalmente.

3. CONTEXTO NORDESTINO NOS ANOS 1950, 1960 E 1970

É extremamente necessário entender o contexto político e econômico do Nordeste brasileiro para melhor compreender a relevância do trabalho teórico e político de Celso Furtado no campo do desenvolvimentismo.

O surto de desenvolvimento no Sul do país, a partir da primeira metade do século XIX, acabou aumentando o poder aquisitivo da população e elevando os preços do açúcar no mercado internacional, impulsionando a indústria açucareira em todo o Nordeste. Esse aumento na produção de açúcar acabou gerando uma pressão em torno dos camponeses que praticavam uma lavoura de subsistência a liberar suas terras. Esse foi o ponto de partida para uma radicalização no plano político com a criação das ligas camponesas e as reivindicações populares, que acabaram se transformando em exigências por mudanças políticas. O fortalecimento da classe trabalhadora e das ligas camponesas acaba enfraquecendo o forte coronelismo das elites políticas que dominavam o poder em várias regiões no Brasil de então.

Em paralelo a tal contexto político, o Nordeste passava por secas em um regime quase intermitente. A seca de 1958 que assolou o Nordeste atingiu Ceará, Rio Grande do

Norte, Paraíba e Piauí de maneira mais intensa, o que acabou gerando o movimento retirante que foi constante em todo o século XX. Essas secas geraram um enorme prejuízo econômico para os estados nordestinos afetados, mas principalmente para as vítimas da sede e da fome, que tiveram por consequência a morte de inúmeras pessoas. Segundo o Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil (CEPED) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) estima-se que, cerca de 3,5 milhões de pessoas tenham morrido de fome e desnutrição na segunda metade do século XX em decorrência das secas.

A crise ganhou tanta notoriedade que o presidente Juscelino Kubitschek passou três dias no interior do Ceará para avaliar a gravidade da situação. Com isso, o Governo Federal acabou promovendo uma “oportunidade” para a região, empregando muitos agricultores na construção da cidade de Brasília, o que, de certa forma, mitigou os efeitos da seca para muitas famílias.

Devido às mazelas das secas, a segunda metade do século XX, sobretudo suas primeiras décadas, foi marcada por uma grande influência de governos estaduais autoritários e elites políticas de suas respectivas regiões e, consequentemente, por um agravamento das péssimas condições de trabalho, o que gerou a criação das ligas camponesas. Além desse contexto político e econômico, a organização da economia foi marcada por um dinamismo que resultava nas péssimas e precárias condições sociais da classe trabalhadora, muito em virtude da exploração dos donos de terra. Vale salientar, enfim, que os efeitos da seca em toda a região não só afetaram a vida das pessoas mais simples, como empacaram o desenvolvimento econômico dos estados.

4. DISPARIDADE NA INDUSTRIALIZAÇÃO E A CRIAÇÃO DA SUDENE

Em outubro de 1956, Juscelino Kubitschek, recém-eleito presidente pelo PSD, defende um Brasil industrializado e mais independente de uma economia agroexportadora. O *slogan* da campanha “Cinquenta anos em cinco” resumia seu ambicioso “Plano de Metas”, composto por 30 metas, distribuídas em segmentos, além da construção de Brasília. Um verdadeiro “eficiente instrumento de reforço da acumulação de capital e de realização da transição para um novo padrão de acumulação” (RABELO, 2003, p. 52).

Sendo assim, estabeleceu as bases iniciais de construção de um plano desenvolvimentista, porém o avanço da industrialização concentrada no eixo Centro-Sul criou uma disparidade econômica com a região Nordeste. Diante desse contexto, o Governo Federal criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), para identificar as dificuldades socioeconômicas da região e superá-las. Na visão de Furtado (2007), a ausência de uma estrutura de produção agrícola e fundiária era de fachada e não modificava o desenvolvimento do local.

A sua interpretação teórica sobre o subdesenvolvimento nordestino fez com que Celso Furtado ficasse à frente da construção do plano de desenvolvimento regional em conjunto aos governadores da região, fazendo do Nordeste uma prioridade política. Assim, nasceu, em 1959, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), atrelando a economia nordestina ao processo de industrialização do país. Um ponto de destaque foi a novidade constitucional do sistema de tomada

de decisões, integrando os estados federativos e o Governo Federal, modelo inédito na administração do Estado brasileiro até então; além de coordenar programas que visassem contribuir com assistência técnica, e executar sob convênio, ou diretamente, acordos e contratos para o desenvolvimento nordestino (VIDAL, 2001). Para Octavio Ianni, sociólogo e professor participante da “Escola Paulista de Sociologia”, a SUDENE significou para o Nordeste o mesmo que a Revolução de 1930 para o Brasil:

*A verdade é que a SUDENE constituiu-se como uma nova estrutura de poder, superpondo-se às locais, estaduais e federais preexistentes. Em confronto com as estruturas burocráticas (ou político-administrativas) vigentes na área, apareceu como uma estrutura estatal totalmente nova, com objetivos, recursos econômicos e técnicas de atuação bastante distintos daqueles que caracterizavam as preexistentes. Também nesse caso (como já ocorrera no âmbito do estado brasileiro) estava em curso a transição do estilo oligárquico de decisão e ação, quanto a assuntos econômicos, para um estilo propriamente burguês. Nesse sentido é que a criação da SUDENE representa a chegada da Revolução de 1930 no Nordeste. A continuidade do desenvolvimento capitalista no país e naquela região exigia a reestruturação do poder regional, particularmente quanto às decisões e técnicas relativas ao funcionamento e expansão da economia. (IANNI, 1971 *apud* SILVA, 2001, p. 210-211).*

No entanto, mesmo depois da criação da SUDENE, os incentivos ao crescimento industrial atendiam aos interesses do sistema empresarial. A reestruturação do setor agrícola na faixa úmida, projeto desde o GTDN, implicava em reforma agrária, uma série de reivindicações apre-

sentadas pelas Ligas Camponesas, por organizações de camponeses e animada pelo Partido Comunista Brasileiro em prol da reforma agrária, proposta liquidada futuramente com o golpe empresarial-militar de 1964. Infere-se, portanto, que a SUDENE continuou, desde sua criação, a mediar o conflito social e tornar possível a expansão do desenvolvimento capitalista.

5. A CONTRIBUIÇÃO DE CELSO FURTADO PARA O NORDESTE

Segundo Diniz (2009), a origem nordestina, o momento histórico do pós-Segunda Guerra Mundial e a trajetória intelectual e pessoal de Celso Furtado contribuíram para a conscientização do problema do subdesenvolvimento e, por consequência, das desigualdades dos ritmos de desenvolvimento entre diferentes proporções territoriais, seja entre nações, seja entre espaços sub-regionais dentro de um país. Para Furtado (1974), o subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham atravessado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. Já o desenvolvimento não se restringe apenas ao crescimento econômico ou à modernização. O conceito de desenvolvimento, para Furtado (1974), é muito mais um processo de invenção de valores, de estilos de vida, de criatividade, que um problema de acumulação material.

De início, o esforço de Celso Furtado se concentrou na busca do entendimento do Brasil, através da análise da sua formação histórica e das condicionantes estruturais

que esta formação havia deixado – demonstrado na sua tese de doutoramento sobre a economia colonial brasileira, concluída em 1948.

Posteriormente, Furtado aprofundou seus estudos sobre o subdesenvolvimento, durante o período em que trabalhou para a CEPAL, período em que manteve profícua convivência profissional com Raul Prebisch.

O que permitiu uma maior sistematização das ideias de Celso Furtado foi a oportunidade recebida do presidente Juscelino Kubitschek, para pensar uma solução para o problema social e econômico do nordeste brasileiro, devido às graves secas de 1958.

Resgatando a própria interpretação sobre o desenvolvimento brasileiro e a interpretação da CEPAL, Furtado formula um diagnóstico das razões do subdesenvolvimento nordestino e cria as bases para a sua superação.

Em seu diagnóstico, elaborado em 1959, consta no relatório do GTDN, Furtado começa por negar as visões correntes de que o problema econômico e social do Nordeste decorria das secas. Negava, assim, a solução hidráulica através da construção de açudes, o que vinha sendo feito pelo Governo Federal através do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), mas que beneficiava apenas os proprietários de terra. Não só isso, contesta também a visão de que o subdesenvolvimento era uma etapa do processo de desenvolvimento econômico, como amplamente aceito na literatura internacional. Ao contrário, Furtado demonstra que o subdesenvolvimento é o resultado de uma formação histórico-estrutural particular e que ele só pode ser superado por transformações estruturais (DINIZ, 2009).

Outrossim, Furtado também toma os fundamentos históricos da colonização regional como determinantes da dicotomia social da região Nordeste.

Em primeiro lugar, na faixa litorânea úmida, a empresa agrícola exportadora de açúcar estava baseada no trabalho escravo. Quando este foi juridicamente extinguido, em 1888, mantiveram-se relações de trabalho pré-capitalistas, por meio de diferentes formas de semiescravidão, de semisservidão, da partilha da produção (denominada meia) e de “cambão”.

Em segundo lugar, ao demandar animais de carga e alimentos, a economia nordestina exportadora criou uma condição própria de periferia no interior de seu sistema, subordinada e dependente daquele tipo de demanda. Destarte, o crescimento demográfico empurrava a população para terras mais áridas, agravando as próprias condições de subsistência.

Em terceiro lugar, a fazenda do semiárido se baseava em uma população camponesa, sem-terra e sem salário; população que trabalhava para o dono da terra na forma de “meia” para as culturas de exportação, principalmente algodão, e, em compensação, podia produzir para sua subsistência. Essas três características perduraram por séculos, caracterizando uma situação estrutural de subdesenvolvimento (DINIZ, 2009).

O Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) e a sucessora Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) iniciaram suas ações sob a liderança de Celso Furtado e dentro das linhas estabelecidas pelo relatório do GTDN. Essas linhas de ação foram ampliadas e detalhadas no primeiro plano diretor prepara-

do pela SUDENE, em 1960, para o período 1961-1963, o qual assumiu uma postura de planejamento compreensivo, incluindo infraestrutura, reestruturação agrícola, colonização, desenvolvimento industrial e mineral, oferta de alimentos, saúde pública, educação, levantamentos cartográficos, entre outros aspectos. Isto é de fundamental importância no que diz respeito às contribuições de Celso Furtado para o desenvolvimento do Nordeste, mesmo que a SUDENE tenha enfrentado, desde sua criação, fortes reações político-ideológicas de parcela significativa das elites empresariais, políticas e intelectuais da região, no que se refere às suas linhas de orientação e proposições (DINIZ, 2009).

Além disso, podemos dizer que Celso Furtado, quando afastado do cargo e do país, se dedicou ao aprofundamento de sua interpretação do subdesenvolvimento e da questão regional.

6. A SUDENE E A QUESTÃO REGIONAL

A economia agrícola necessita com urgência de um aprimoramento técnico no modo de produção agrário e uma parceria com o setor industrial. No processo de desenvolvimento, é fundamental o uso da tecnologia para aumentar a produção e combater os problemas naturais do Nordeste, como a seca que é responsável pela baixa produtividade no setor agrário e desastre social na região.

De acordo com Celso Furtado:

O colapso de uma produção de alimentos organizada como agricultura de subsistência assume, necessariamente, dimensões de calamidade social... O impacto da seca concentra-se no segmento mais frágil do sistema: a agricultura de subsistência, daí que suas repercussões sociais sejam tão profundas. (FURTADO, 1984, p. 7)

Portanto, os trabalhadores que vivem da produção agrícola são condenados ao desemprego, muito devido aos períodos de seca. Em suma, seria necessário aprimorar o setor industrial e agrícola, através do uso de tecnologia e investimentos como elemento de superação dos problemas existentes no Nordeste. De acordo com Furtado (1984), esta região manifesta ausência de programas econômicos efetivos para seu desenvolvimento. Contudo, era de fundamental importância que o Nordeste estivesse inserido nos principais centros econômicos do país e que ultrapassasse os problemas fundamentais que fazem parte da região, sobretudo, a desigualdade econômica relativa às demais regiões do país.

Segundo Celso Furtado:

Um dos objetivos da criação da SUDENE foi exatamente capacitar o Nordeste para participar eficazmente dos centros formuladores da política econômica e financeira do país. Essa a razão por que o seu superintendente era membro de pleno direito, em meu tempo, daquilo que hoje se chama o Conselho Monetário Nacional. (FURTADO, 1984, p. 7)

Neste contexto, a SUDENE obteve um grande sucesso, através de medidas que buscavam o desenvolvimento

econômico da região, embora esse momento de triunfo do órgão tenha ocorrido durante o período da Ditadura Civil-Militar. Entretanto, o desenvolvimento da SUDENE revelou um aspecto que será marcante na política nacional: a ausência de políticas nordestinas no ambiente de debate político nacional, como se as discussões em torno do desenvolvimento social e econômico do Nordeste fossem exclusivamente regionais, sem importância na esfera nacional, ou sem a ela estar vinculada.

Na perspectiva de Francisco de Oliveira (1993), a questão regional como sendo uma unidade da questão nacional, leva à uma situação desfavorável aos governantes e parlamentares nordestinos em alcançar uma posição de liderança dentro da esfera de influência política, principalmente em debates de âmbito nacional.

A criação da SUDENE é o reflexo da necessidade de um programa efetivo de desenvolvimento, em especial no investimento nas regiões Nordeste e Norte. De acordo com Francisco de Oliveira (1993), até mesmo o próprio Celso Furtado não produziu uma análise profunda sobre a questão regional, que seja equivalente aos escritos sobre economia brasileira. Entretanto, Celso Furtado identificou a questão regional como aspecto que motiva a criação da SUDENE, tendo em mente a realidade e problemáticas presentes no Nordeste. Por exemplo, a migração de nordestinos como mão de obra para o setor industrial do Centro-Sul do Brasil e uma fraca atividade industrial na região Nordeste.

Portanto, o desenvolvimento da região Nordeste, a partir da perspectiva de Chico de Oliveira, é uma questão regional não acabada, pela ausência de uma unidade nacional que seja um elemento de coesão entre diferentes

regiões do país, pelas diferenças culturais, sociais e econômicas entre as regiões do Brasil, sobretudo, a posição de hegemonia da região Centro-Sul, no aspecto econômico, devido ao seu setor industrial bem desenvolvido e à posição de centro político influente e intelectual, situado no estado de São Paulo. A questão regional, em Oliveira (1993), é uma reflexão sobre a ausência de uma unidade nacional; além disso, é um problema no setor agrário, sobretudo, na inexistência de uma reforma agrária efetiva no Brasil e um desenvolvimento industrial de forma igualitária entre todas as regiões do país.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir ressaltando que Celso Furtado foi um dos intérpretes do Brasil que muito contribuiu na busca de saídas para o desenvolvimento da região Nordeste. Sua origem e sua trajetória, pessoal e intelectual, contribuíram para a conscientização do problema do subdesenvolvimento e, conseqüentemente, das desigualdades dos ritmos de desenvolvimento entre variados territórios ao redor do mundo.

A influência histórica do trabalho de Furtado se deu no órgão internacional CEPAL, que surgiu em um contexto em que se discutia sobretudo o papel do Estado como provedor de medidas econômicas para o desenvolvimento de um país, e no órgão regional SUDENE, o qual sob sua liderança iniciou um processo de intervenções no Nordeste brasileiro, a partir das ideias estabelecidas pelo relatório do GTDN. Ambos os órgãos renomados pela

formulação de políticas públicas tiveram como pensador fundamental Celso Furtado.

Em síntese, Furtado é um intelectual preocupado com os problemas manifestados pelo subdesenvolvimento, especialmente, os relacionados ao Nordeste brasileiro. Nesse sentido, Celso Furtado defende um modelo de desenvolvimento que leva em consideração a união entre os setores agrícola e industrial, corroborada com uma organização tecnológica de base. Sendo ainda um pensador indispensável na compreensão e ação sobre a realidade atual, pois o apelo a um pensamento desenvolvimentista anda em falta no cenário atual brasileiro; isto pois o neoliberalismo ganhou muita força, reduzindo a ação do Estado como uma das forças motoras da economia política. Assim, ideias de Furtado tornam-se pertinentes, por sempre defender que o Estado não é um simples formulador de políticas públicas, mas um agente eficiente e poderoso na formação de uma dinâmica econômica que favoreça o país como um todo.

REFERÊNCIAS

D'AGUIAR, R. F. Celso Furtado e o BNDES. In: FURTADO, C. **Perspectivas da economia brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012. p. 13 – 35.

DINIZ, C. C. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova Economia**, v. 19, n. 2, p. 227 - 249, 2009.

FONSECA, P. C. D. As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino. **Revista Brasileira de Economia**, v. 54, n. 3, p. 333 - 358, 2000.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento. **Revista Economia Política**, v. 4, n. 3, p. 5 – 14, 1984.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

OLIVEIRA, F. A questão regional: a hegemonia inacabada. **Estudos Avançados**, v.7, n.18, p. 43 – 63, 1993.

OLIVEIRA, R. de; MONFARDINI, R. D. Uma crítica ontológica das contribuições de Celso Furtado e Caio Prado Júnior sobre a formação econômica do Brasil. In: JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTÔNIO GRAMSCI, 1., 2016, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2016.

RABELO, F. L. De experts a “bodes expiatórios”: a elite técnica do Dasp e a reforma no funcionalismo público federal no Estado Novo (1938-1945). **Acervo**, v. 25, n. 2, p. 78 - 91, 2013.

RABELO, R. F. Plano de Metas e consolidação do capitalismo industrial no Brasil. **E & G Economia e Gestão**, v. 2-3, n. 4-5, p. 44 - 55, 2003.

SAMPAIO, P. S. A. Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo. **Economia Ensaios**, v. 22, p. 69, 2008.

TENÓRIO, F.; WANDERLEY, S. Celso Furtado: um economista a serviço da gestão pública (1943-1964). **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 3, p. 507 - 526, 2018.

VIDAL, F. C. B. **O Nordeste do Brasil – atualidade de uma velha questão**: vicissitudes da teoria do subdesenvolvimento regional no contexto do capitalismo contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

A GLOBALIZAÇÃO NO PENSAMENTO DE MILTON SANTOS

Ronaldo de Souza Lima
Kilvia Tainá Santos Rocha
Maria Amel Gomes Barbosa
Sarah de Moura Nunes
Vinicius Cavalcante Santos
Vitória Regia Vidal Amaral

Resumo

Milton Santos é um dos mais importantes pensadores da história do Brasil e nos oferece uma oportunidade única de entendimento do processo de globalização, que a humanidade está passando nos últimos anos. Essa globalização, produzida por uma necessidade da expansão do mercado financeiro e por uma tirania geopolítica que domina as técnicas e os saberes, cria esse mundo homogeneizado, em que aqueles que não se adequam são prontamente esmagados pelos interesses do capital. Entender essa realidade perversa é o que vai nos permitir criar uma globalização mais humana.

Palavras-chave

Globalização. Espaço. Sociedade.

1. INTRODUÇÃO

Milton Santos foi um dos grandes cientistas e geógrafos do país, responsável por uma grande renovação na área da Geografia na década de 1970, além de ser um dos estudiosos da área mais reconhecido em outros campos do conhecimento, como a sociologia, urbanismo e economia. Nascido em Brotas de Macaúbas — região correspondente à Chapada Diamantina, no interior da Bahia —, Milton era filho de pais professores do ensino primário, algo que favoreceu sua alfabetização e sua fascinação pelos estudos. Mudou-se para a capital Salvador em 1936 para estudar no internato do Instituto Bahiano de Ensino, local onde começou a ter interesse pela Geografia. Posteriormente, acabou obtendo o título de doutor com sua tese intitulada *O centro da cidade de Salvador*, que mais tarde seria publicada como livro. Acabou atuando como docente em instituições como a Universidade de Paris Panthéon-Sorbonne, Universidade de Columbia, Universidade de Toronto, Universidade de Dar es Salaam, entre outras.

Dentre as grandes conquistas de sua carreira, estão as premiações Vautrin Lud em 1994 — sendo o único brasileiro a conquistar tal premiação até hoje — e o Jabuti pelo melhor livro de ciências humanas — pela publicação de *A Natureza do Espaço*. Também foi nomeado doutor honoris causa por 19 universidades, sendo 7 no exterior e 12 nacionais. Trabalhou em outras instituições como a Organização Internacional do Trabalho, a Organização dos Estados Americanos, a UNESCO e a ONU. Milton Santos acabou falecendo em 24 de julho de 2001, aos 75 anos de

idade, por consequência de complicações causadas por um câncer. Deixou uma vasta obra, contendo uma infinidade de artigos e mais de 40 livros, publicados em países como França, Reino Unido, Portugal, Japão e Espanha.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo apresentar uma análise sobre temas centrais que foram contemplados nas pesquisas de Milton Santos, como sua visão crítica em relação ao sistema capitalista, a lógica da globalização e as postulações que envolvem o campo da geografia. Tal análise será feita a partir de três obras, a saber: *Por uma outra Globalização* (2008), *Espaço e Sociedade* (1979) e *O país distorcido* (2002).

2. GLOBALIZAÇÃO

A globalização para Milton Santos se caracteriza como o estágio supremo da internacionalização, uma vez que, com o desenvolvimento do capitalismo e da industrialização, o mundo todo começa a se envolver em algum tipo de troca, seja essa cultural, técnica, comercial ou financeira. O mundo moderno é confusamente percebido e ambíguo, pois pode-se observar, de um lado, todo o progresso da ciência e da técnica e, do outro, as consequências de essas não serem a favor de quem realmente precisa.

A globalização como fábula se baseia na criação de certas fantasias que criam uma base sólida, formando um ciclo que sustenta a máquina ideológica. A ideologia, portanto, desempenha um papel importante para manutenção do sistema. Essa base se consolida em duas tira-

nias, segundo Milton Santos, em dinheiro e informação, e, dentro dessas tiranias, inúmeras fabulações as mantêm. Uma delas seria a da ideia da aldeia global, onde se leva a crer que a descarga de informação realmente informa as pessoas, mas, na verdade, só as manipula.

O empobrecimento das massas nasce dessa perversa globalização que gera mais competitividade, em razão dos inúmeros estímulos, o que acarreta a criação ou manutenção de totalitarismos. É a partir desses sinais e outros que Milton Santos pensa em um mundo como pode ser uma outra globalização mais humana. Se invertessem esse sistema, e se a globalização funcionasse a serviço de questões sociais e políticas, sua configuração poderia ser outra, levando a ciência e a técnica a quem realmente precisa. Esses indivíduos experimentariam a possibilidade de outro discurso, no qual uma universalidade empírica seria possível, através da experiência real desses indivíduos.

Se antes as técnicas possuíam um pequeno alcance e estavam presentes apenas até onde elas, fisicamente, chegavam, agora com a cibernética é possível que qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo tenha acesso às mesmas informações e ao mesmo tempo. Sendo assim, aquelas técnicas que possuíam um pequeno alcance, as chamadas técnicas não hegemônicas, tornam-se hegemônicas e universais. Em contrapartida, por ser também a responsável por garantir que as mais diversas técnicas se comuniquem entre si, cria-se a ilusão de que todos os países possuem as mesmas capacidades e infraestruturas para instalarem o mesmo sistema de técnicas ao redor do mundo.

É a partir desse momento que surge a convergência dos momentos, esta por sua vez é responsável por garantir que todos os relógios ao redor do mundo se ajustem de maneira uniforme. Consequentemente, a mercantilização do tempo se tornará mais evidente e maleável, o tempo torna-se dinheiro com facilidade e mesmo os períodos de lazer buscam por produtividade e quantidade.

Portanto, os atores que comandam esse tempo, o chamado tempo real, não é o coletivo da humanidade. Na verdade esses atores fazem parte de um grupo seletivo que comanda o curso da história, a velocidade deste tempo real, bem como os discursos ideológicos e seus autores. São eles que implementam a mundialização das técnicas e de todos os mercados, bem como aqueles que incentivam a mais-valia universal por meio do incentivo da melhoria da produtividade.

A globalização perversa se inicia no século XX, através de uma dupla tirania, a do dinheiro e a da informação, ambas intimamente relacionadas. As duas vão oferecer ao sistema ideológico vigente as suas bases necessárias para a legitimação das suas ações. A lógica tirânica dessa globalização vai afetar não somente as relações geopolíticas, mas adentrar nas relações interpessoais dos sujeitos envolvidos no sistema.

O sistema ideológico formador da maneira de pensar da globalização necessita criar uma homogeneização nas formas de existência das pessoas. Isso representa uma forma de totalitarismo muito mais violenta e capilarizada que qualquer modelo imaginado no começo do século XX. O controle da informação acaba por criar uma *expertise* técnica que vai ser responsável por desenvolver

novas formas de saber que, por sua vez, vão alimentar novas formas de poder. Milton Santos aponta algo que Michel Foucault também havia notado: formas de poder geram formas de saber que alimentam retroativamente formas de poder.

A internacionalização do dinheiro oferece uma nova forma de violência, segundo a qual o dinheiro em estado puro se torna o catalisador de um futuro despótico. Todas as relações, sejam elas entre países, estados, cidades ou mesmo indivíduos, se tornam agora medidas pelo benefício quantificável que elas podem trazer. O dinheiro se torna a medida de todas as coisas e a vida passa a ser um bem calculável.

A globalização vai impor nas nossas vidas uma realidade que se baseia na competitividade e no consumo. É essa lógica consumidora que vai acabar causando a nossa confusão de espíritos, a nossa inação e, dessa forma, possibilitar uma forma muito mais violenta de totalitarismo: o globalitarismo. A competitividade vai se desenvolver a partir da guerra, ou seja, vencer o outro, estar acima do outro, ser melhor, possuir mais, ganhar mais, consumir mais. É a mesma lógica bélica, agora aplicada numa escala individualista e muito mais capilarizada.

Dentro dessa mesma lógica, se torna necessário então a produção de um mercado consumidor cada vez mais crescente para que a globalização possa tomar forma. Assim, nós passamos a viver cercados por uma ideologia consumista que contamina todas as nossas relações. A lógica do consumo se torna o motor tanto de políticas públicas como privadas. Nós nos tornamos veículos de estímulos narcisistas, estéticos, morais e sociais.

São essas formas de despotismo, do dinheiro e da informação, que vão produzir uma confusão dos espíritos daqueles que são alvo da globalização. Os sujeitos não se enxergam mais como pertencentes a uma coletividade que precisa lutar contra um tipo de dominação, mas sim como peões dentro de um jogo muito maior no qual só resta assistir e consumir. É o imperialismo máximo que nunca havia chegado tão longe nos seus anos áureos, mas encontra lugar confortável dentro da nossa atualidade com seu discurso globalizante e homogeneizador.

3. AÇÃO HUMANA GLOBALIZADA: PERVERSÃO E VIOLÊNCIA

A perspectiva desenvolvida pelo professor Milton Santos é inovadora por envolver uma reflexão crítica frente ao sistema perverso da globalização. Os argumentos utilizados pelo estudioso, sustentados pelos conceitos de dinheiro, competitividade e potência em estado puro, servirão como forma de reconhecimento das desigualdades e das violências sofridas por determinadas nações, classes, raças e gêneros, com o propósito de manter viva uma estrutura hegemônica de acúmulo, exclusão e medo. Considerando o aspecto religioso de onipresença do dinheiro, obtido como medida geral, e elevado à parte central da vida dos indivíduos a partir do consumo, reforça a acumulação como meta em si mesma e firma um vínculo entre o medo e desamparo na sociedade, que agora se vê movida pela competição, desconfiança e glória entre os homens.

A partir do século XVIII, com avanços nos campos do pensamento político-filosófico e das técnicas de produção, principalmente com a incorporação das máquinas nas fábricas, desenvolveu-se um progressivo desencantamento do mundo, reorganizando os campos do trabalho, território e poder a partir de normas sociotécnicas. A tecnociência sempre esteve a favor dos interesses do mercado, como um reforço à integração do capitalismo, requalificando territórios, por meio das conquistas alcançadas pelo avanço marítimo, modificando as relações sociais e interpessoais, a partir da revalorização do homem, do trabalho e do capital. E, por fim, com a consagração de discursos únicos, intermediados pelos meios de informação, projetando à população um mundo de fabulações, rompendo com os processos de evolução social e moral dos indivíduos.

A crença na globalização como o ápice do processo de internacionalização do mundo, tendo como tese a união das técnicas e dos momentos a partir do conhecimento do planeta e a comunicação de mercado, pressupõe a morte da política e da ética com a modificação funcional do Estado nacional. Esse toma para si a responsabilidade financeira de manter as empresas globais em solo nacional, adaptando seu território para a entrada de capital estrangeiro e transferindo recursos do social para o empresarial, buscando de alguma maneira se incluir no processo desenvolvimentista internacional.

Para tanto, os últimos anos do século XX se explicam a partir da análise crítica sobre as formas de manutenção da estrutura de perversidade sistêmica, nomeada de globalização. O surgimento de uma tirania dupla, do dinhei-

ro e da informação, se impõe à maior parte do mundo, sendo sustentada por meio da criação de novos sistemas ideológicos totalitários, que buscam legitimar as ações desenvolvidas pela ampliação do papel do mercado na regulação das convenções sociais baseadas na necessidade de financeirização. Tudo isso tem causa e é consequência da omissão do Estado frente aos interesses da população e do território nacional, causando uma fragmentação da desordem, em que o poder público se submete às normas do livre mercado internacional.

As ciências econômicas têm determinado que a pobreza não deve ser vista com um número quantitativo ou de renda, mas um problema qualitativo, estrutural e enraizado na sociedade brasileira. Segundo o geógrafo Milton Santos (2009, p. 18), "a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social".

O primeiro tipo de pobreza de 1950 a 1975 faz referência à palavra inclusão. No caso, seria uma pobreza local que não afetava outras regiões, visto como algo natural, que acometia os indivíduos ou a sociedade específica de tempos em tempos. O jus ao nome se dá ao fato de que nesse tipo de pobreza os pobres eram incluídos nos movimentos sociais. A solução dos problemas era privada, local, frequentemente assistencialista; a pobreza sendo considerada como um algo natural. Mas, então, podíamos falar dos pobres incluídos, porque havia uma preocupação moral em relação a eles.

4. ESPAÇO E SOCIEDADE

O arranjo do espaço se concretiza de acordo com os interesses e necessidades de cada grupo; portanto, adapta-se favorecendo o desenvolvimento das forças produtivas. No caso brasileiro, observa-se a realidade de um país periférico em que o impacto das forças externas é determinante em todos os processos, tanto no que se refere à organização do espaço, quanto à formação socioeconômica do Estado. Diante dessa realidade, cabe ressaltar as causas e consequências desse modelo de crescimento, palco do capitalismo internacional, de supervalorização dos recursos estatais destinados às empresas globais, reflexo da modernização.

Dentre os principais problemas de adaptação nacional à lógica externa dos países desenvolvidos, está o descontrole organizacional do espaço, principalmente do campo. A transformação do espaço natural em espaço produtivo expandiu o modo de agricultura comercial em detrimento do de subsistência, levando as populações rurais a se adaptarem à produção em larga escala de mercadorias agrícolas e obrigando-as a ingressar nesse jogo de interesses para continuarem existindo.

Os movimentos espontâneos da economia contribuem diretamente para o desenvolvimento das grandes cidades em detrimento das cidades de médio porte, as quais se reduzem apenas a intercambiar bens e serviços por meio da modernização dos transportes. Isso cria propositalmente um cenário desprovido de concorrentes ao alcance das metrópoles, dentro do solo nacional. Portanto, o que é posto nas estatísticas sobre as atividades

econômicas tende a engendrar apenas uma parcela da realidade socioeconômica da nação, a exemplo da região metropolitana de São Paulo.

O que se passa nesses Estados e o que se passa em São Paulo se explicam em função das condições nacionais consideradas como o que elas são, isto é, um todo. E isso inclui, de um lado, a organização do país (a palavra organização é aqui utilizada em um sentido abrangente) e o lugar do país na rede internacional de relações. A atividade terciária da Grande São Paulo: ela é uma parcela da atividade terciária nacional localizada na Grande São Paulo em virtude de um jogo de fatores (...). (SANTOS, 1979, p. 62)

Até mesmo durante o período de industrialização é perceptível o retardamento dos países subdesenvolvidos quando se trata do início de tal processo. Apenas alguns países da América do Sul começaram seu período de industrialização quando os países desenvolvidos haviam dado início à implementação tecnológica. Dado esse fator, tais países acabaram fracassando em seu processo de industrialização.

Já os poucos países subdesenvolvidos que obtiveram sucesso, os chamados países subdesenvolvidos industrializados, iniciaram o processo em um período que podiam, ao mesmo tempo, instalar uma tecnologia superada e, frequentemente, trocar essa tecnologia por máquinas obsoletas.

No entanto, essa permuta só foi possível com base na importância do mercado nacional e, acima de tudo, da capacidade de troca de máquinas no exterior. Desta forma, os países necessitavam de uma reserva de alimentos e

matérias-primas. Como consequência, a industrialização desses países era dependente e voltada para o mercado externo. Possuíam, ainda, disparidades regionais que acarretavam desigualdade de renda e tendência do empobrecimento das classes desprivilegiadas.

Em contrapartida, à medida que esses países se industrializavam, era perceptível o crescimento da dependência econômica perante a tecnologia estrangeira e o aumento de capital estrangeiro. Este, por sua vez, reservou para si os ramos mais lucrativos a fim de controlar o crescimento nacional.

As disparidades regionais, como nos fala Milton Santos, referem-se à questão da concentração de produção que se pode observar ao longo de toda trajetória de industrialização tardia do país. A principal característica desse período atrasado é a concentração econômica e geográfica na região Sudeste. O fato de São Paulo ser o centro da concentração econômica produziu uma série de desigualdades regionais. Mas isso não significa dizer que só o Sudeste tem indústrias, a região Nordeste possui uma indústria têxtil presente com um elevado índice de desenvolvimento.

A concentração regional resulta no processo de migração, logo, as empresas não são capazes de absorver o elevado número de trabalhadores. O Brasil é um país que se preocupa mais com sua posição no mercado internacional do que com o básico para sua nação e é vergonhoso que o foco da produção sejam produtos que não têm utilidade para o mercado interno.

5. O PAÍS DISTORCIDO

Um conceito central para o entendimento do pensamento de Milton Santos é a ideia de que existem dois tipos de nações dentro do jogo da globalização: as ativas e as passivas. Para a lógica neoliberal, a nação ativa seria aquela que entra voluntariamente dentro do jogo da globalização, disposta a mudar a sua realidade política, social e econômica para se adequar a um interesse financeiro. E a passiva seria aquela que não compactua com o discurso único da globalização e a ceder os seus valores e bem-estar da população para participar dessa lógica perversa.

O que Milton Santos aponta é justamente o contrário: as nações que se dobram, que se modificam, que aceitam essa lógica dominante é que na verdade seriam as passivas. Elas se tornam territórios manipuláveis que ficam reféns de uma lógica financeira e entregam a sua autonomia em troca de promessas vazias de um futuro promissor. E as nações que se recusam a entrar nesse jogo mostram para o mundo possibilidades reais de organização social e econômica que fogem da lógica hegemônica. Essas, sim, seriam as nações ativas, pois elas representam uma real produção de novas formas de existência dentro do cenário global.

Portanto, o século XXI e essas novas formas de globalização, uma globalização mais humana e não hegemônica, jogam para o futuro uma possibilidade real de transformação do nosso século. Milton Santos aponta que esse pode ser o novo século das luzes, de mudanças efetivas, de uma nova perspectiva humana, de uma outra forma de realização. E o palco principal dessas transformações

serão os grandes centros urbanos com toda a sua capacidade de mistura, de encontros de produção do novo, de modificação do meio. O urbano se torna o caldeirão de onde novas ideias podem surgir, de onde uma nova globalização pode ser montada. É a revanche dos lugares que Milton Santos apontava, esses sendo os responsáveis por modificar o futuro do nosso século de maneira definitiva e benéfica para os homens. Resta agora agir.

As desordens que envolvem a questão do território brasileiro são consideradas como “um conjunto de sistemas naturais e artificiais, junto com pessoas, as instituições e as empresas que o abriga, não importa seu poder” (SANTOS, 2002, p.84). A questão principal tratada no texto é entender como as tensões, considerando todas as heranças e fatos que envolvem a história, política e economia do país, são sentidas pela sociedade no embate entre o interno e o externo.

O resultado de tudo isso é a fluidez e a exploração dos territórios em função das questões externas. O Estado passa a resguardar somente os interesses do que é externo ao país, sendo influenciado ainda mais por conta dos meios de comunicação e de transporte, que geram uma competitividade e agressividade generalizada. Isso desemboca em sequelas como o aumento da corrupção, a falta de controle em relação à governabilidade de estados e municípios, desamparo da sociedade, que no caso do Brasil já é algo fragilizado.

Milton Santos quer transparecer a influência dessas forças no território e como um dia ele pode cobrar pelo uso indevido, o que muitas vezes acaba trazendo malefícios para o próprio governo do país e sua população.

Território é algo muito caro para os estudos do geógrafo, além dos aspectos que envolvem a globalização e as disputas causadas pelo capitalismo. Sendo assim, no tópico “Guerra dos Lugares”, o autor continua seu debate sobre a exploração dos territórios e a competitividade que está intrinsecamente ligada à produtividade. Ele afirma que existe um senso comum sobre um determinado território ser obrigado a fazer exportação dos produtos que pode oferecer. E aqueles que não respeitam as regras estabelecidas e que não se submetem a entrar na engrenagem desse sistema não conseguem desenvolver e ter uma perspectiva favorável em relação ao seu presente e futuro.

Deve-se levar em conta que, dependendo do território, um vai desempenhar suas funções em uma dimensão muito maior que o outro, mas é a competitividade presente em cada lugar, já que isso explica o porquê do interesse que as empresas apresentam no momento em que escolhem determinado local para se instalarem, sempre visando a sua melhor produtividade — algo que está proporcionalmente relacionada com seu lucro.

Diante disso, o autor ressalta a importância de estabelecer regulações políticas para as normas que envolvem as questões fiscais e trabalhistas, por exemplo. Caso isso não seja assegurado, só irá piorar as consequências negativas que isso já traz para o território, pois está submetido à desvalorização se não aceitar a lógica global imposta, além da instabilidade gerada por crises econômicas, políticas e sociais.

6. CONCLUSÃO

O pensamento de Milton Santos é essencial para o entendimento das consequências do processo de globalização ao longo da história. Ele ajuda a pensar essa globalização tanto como fábula, quanto como possibilidade de transformação. Esse processo violento de dominação por domínio da técnica e da informação, pelo domínio do campo econômico intensifica os processos de imperialização do começo do século. Mas, ao mesmo tempo que a globalização se mostra como extensão de uma tirania geopolítica, ela também se coloca como ponto de inflexão que trará uma nova forma de conexão humana, a uma nova forma de produção, de comunicação, de interação entre os povos.

A globalização se coloca para o século XXI como um feixe de esperança que pode levar a um novo século das luzes. Mas, para que isso aconteça, é urgente um entendimento apurado da realidade que nos cerca, é preciso compreender os mecanismos da globalização, suas implicações, seus objetivos. É necessário tomar para si a possibilidade de retomada do controle dessas mudanças e compreender que somente redirecionando as mudanças geopolíticas aos interesses da humanidade é que poderemos criar uma globalização mais humana em um mundo mais humano.

REFERÊNCIAS

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. **Pobreza Urbana**. 3. ed. São Paulo: EdUSP, 2009.

_____. **Espaço e Sociedade**: Ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

PAULO FREIRE: EDUCAÇÃO POPULAR E SOCIEDADE ANTAGÔNICA

Ariadna Ferreira Alencar
Aglailton da Silva Bezerra
Amanda Myrella da Silva Gomes
André Lucas Sousa de Amarante
Katia Suely Pereira Martins

Resumo

Paulo Freire (1921-1997) foi um intelectual brasileiro e ainda hoje é uma das maiores referências no mundo para a educação popular e alfabetização. Utilizando-se da educação popular como instrumento para a libertação do oprimido, Paulo Freire criou o seu próprio método, em que preza as experiências dos educandos em detrimento do “ensino bancário”. Sua vida, sua atividade política e sua produção intelectual, como produtos próprios de seu tempo, estiveram pautadas pelas disputas políticas no Brasil e no mundo – e algumas dessas disputas acontecem na atualidade. Não é por obra do acaso, mas como fruto da luta de classes que, não obstante o reconhecimento internacional da obra de Paulo Freire, ainda hoje setores da política institucional brasileira se opõem e fazem acusações e críticas infundadas à obra desse grande educador popular, patrono da educação brasileira. E essas disputas merecem ser analisadas.

Palavras-chaves

Paulo Freire. Educação popular. Analfabetismo no Brasil. Escola sem Partido.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa sobre o pensador, educador e intelectual brasileiro Paulo Freire, realizada a partir de uma análise documental das obras de Paulo Freire e de autores como Gaudêncio Frigotto (2017), Mônica Martins (2020), Ana Inês Souza (2015), entre outros.

Assim, serão abordados cinco pontos, que são: biografia e trajetória intelectual; visibilidade internacional; pedagogia e a classe trabalhadora: práticas educativas; a prática pedagógica para a classe trabalhadora, o combate ao analfabetismo, o Movimento Anti-Paulo Freire e a Escola sem Partido.

Deste modo, iremos enfatizar os seus traços revolucionários e sua contribuição na perspectiva da educação libertadora, mostrando sua importância nacional e internacional, além de analisar o Movimento Escola sem Partido e sua ameaça à educação libertadora.

2. BIOGRAFIA E TRAJETÓRIA INTELECTUAL

Paulo Freire nasceu em Recife no dia 19 de setembro de 1921. Quando criança, enfrentou dificuldades financeiras com sua família e experimentou muito cedo a fome. Freire dizia que não a fome de fato, porque vivia em um lugar cheio de árvores com frutas, mas passavam semanas sem comer feijão e carne.

Sua trajetória educacional se inicia dentro do âmbito familiar, foi alfabetizado pelos seus pais e escreveu suas

primeiras palavras com gravetos debaixo de uma mangueira na cidade de Jaboatão, onde morava. Após a morte de seu pai, aos 13 anos, ele retorna a Recife com sua família e pede à sua mãe, Edeltrudes, para retomar os estudos. Ela consegue uma bolsa para o seu filho numa escola chamada Oswaldo Cruz. O único pedido do diretor foi que ele fosse estudioso, e ele foi. Aos 21 anos, se tornou professor de língua portuguesa, lecionando neste mesmo colégio.

Casou-se com uma professora chamada Elza e teve cinco filhos. Buscava ser um pai atencioso e amoroso, ofereceu uma educação dialógica para os seus filhos, assim como aprendeu com seus pais. É esse mesmo tipo de educação que é possível ver nos seus escritos e na sua prática como educador. Nas palavras de sua filha Madalena, ele teorizava sua prática e esta dava energia à sua teoria.

Após a sua primeira experiência como educador, no final dos anos 1940, Paulo Freire tornou-se diretor do setor de Educação e Cultura do SESI (Serviço Social da Indústria), onde teve o primeiro contato com operários e com a alfabetização de adultos. No final dos anos 50, ele defendeu a tese *Educação e atualidade brasileira*, obtendo o título de Doutor em Filosofia e História da Educação.

Nesse período, Paulo Freire ainda desejava ser advogado, no entanto, desistiu no primeiro caso. O caso era de um dentista que havia comprado materiais para exercer a profissão, mas endividou-se na compra dos equipamentos. Paulo Freire defendia o credor e, em uma visita ao dentista, ele se compadeceu com a sua situação e, neste instante, desistiu de representar a causa.

Elza (primeira esposa de Paulo Freire), que também era professora, o convence de que ele era um educador e juntos dão os primeiros passos na educação de jovens e adultos, utilizando o que hoje é conhecido como Método Paulo Freire. Essa metodologia dispensa o uso de cartilhas e opta pela utilização do vocabulário dos adultos de cada região, além de priorizar a discussão com os educandos de forma dialógica, não impositiva, envolvendo a cultura e a política.

O Método Paulo Freire foi utilizado pela primeira vez, no início dos anos 1960, em Angicos, no Rio Grande do Norte. Após essa experiência, que obteve bastante sucesso, alfabetizando diversos trabalhadores em 40 horas, o educador foi convidado para expandir o seu método de ensino para todo o Brasil, se mostrando um educador progressista. Isso incomodou as grandes forças políticas dominantes, pois alterava o eleitorado brasileiro, visto que o método utilizado por Freire, além de alfabetizar, conscientizava politicamente.

Paulo Freire compreendia que a libertação dos oprimidos ocorreria através da alfabetização.

Seu método não pode ser entendido na sua forma mais ampla, se não se leva em consideração o conteúdo eminentemente amoroso; amoroso porque sua proposta de libertação dos oprimidos não é uma proposta piegas de quem, sentindo-se culpado por explorar os oprimidos, procura sua redenção tentando ensinar o povo a ler e a escrever. Paulo Freire era o oposto disso; dizia que não cabia aos opressores libertar os oprimidos, mas sim aos oprimidos libertarem-se a si mesmos e aos opressores. (SOUZA, 2015, p. 316)

Sua prática não foi bem-vista pelo governo militar, fazendo assim com que ele passasse 72 dias preso, tendo que dolorosamente deixar o país.

Exilou-se na embaixada da Bolívia, depois foi para La Paz, onde também aconteceu um golpe de Estado. Assim, ele e sua família mudaram-se para o Chile e foi lá onde ele escreveu *Pedagogia do Oprimido* (1970), conhecido como um dos livros clássicos do autor. Desenvolveu importantes trabalhos e escreveu *Extensão ou comunicação?* (1971), que discute o papel do agrônomo como educador e sua comunicação com os camponeses na construção da Reforma Agrária. Em 1969, recebeu o convite para trabalhar em Harvard, e no Conselho Mundial das Igrejas em Genebra, tendo deixado o país que o acolheu até aquele momento partindo aos Estados Unidos naquele mesmo ano.

Em Harvard, desenvolveu um trabalho mais teórico e acadêmico e publicou suas obras em inglês. Depois seguiu para Genebra, onde morou por 10 anos. Estava no Conselho Mundial das Igrejas, quando sua produção textual e atuação política tornaram-se mundialmente conhecidas. Foi em decorrência de seu método que Paulo Freire foi preso e exilado, mas foi através dele também que teve o seu reconhecimento. No início dos anos 1970, desenvolveu projetos na África, especialmente em São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau.

Com a Anistia, finalmente Paulo Freire pôde retornar ao Brasil. Nos anos 1980, foi professor da PUC-SP e da Unicamp, ganhou diversos prêmios e foi doutor *Honoris Causa* de várias universidades. Em 1989, foi convidado por Luiza Erundina para ser Secretário de Educação

da cidade de São Paulo, durante o seu governo, permanecendo no cargo por dois anos. No período de 1991 a 1997, trabalhou intensamente, publicando diversas obras, sendo *Pedagogia da Autonomia* (1996) uma das últimas. E aos 75 anos, Paulo Reglus Neves Freire deixa seus filhos, amigos e seguidores.

Paulo Freire tem um grande reconhecimento nacional e internacional, devido à toda sua prática e trajetória intelectual. Seu pensamento permanece muito atual, nos ajudando a pensar em novas práticas educativas, pois dentro da sua simplicidade, acreditava que todos deviam construir coletivamente, além de pensar por si próprios e não seguir apenas o que ele dizia:

Paulo gostava de dizer que se pensava como uma “pessoa conectiva”. E o que será uma pessoa conectiva? A primeira imagem é: um alguém “e”. Isto mesmo, a conjunção “e”. A menor palavra que existe para aproximar uma coisa de outra, uma pessoa de uma outra: “eu e você” ou “você e eu”. A menor palavra que empregamos para somar, para acrescentar, para criar vínculos, para estabelecer interações, para pensar em equipe, para fundar o diálogo, para mudar o mundo. (SOUZA, 2015, p. 7-8)

3. VISIBILIDADE INTERNACIONAL

O reconhecimento da obra, da vida e do próprio indivíduo, enquanto personalidade de influência mundial, se apresenta das mais variadas formas. Para com o legado de Paulo Freire, a percepção de sua notoriedade é difícil

de dimensionar. Seus livros, sua metodologia, suas reflexões são fonte de inspiração para educadores e estudantes ao redor de todo o mundo.

Detentor de trinta e nove títulos de Doutor *Honoris Causa* – trinta e quatro em vida e cinco *in memoriam* – inúmeras medalhas, mais de cem títulos honoríficos, considerado Patrono da Educação Brasileira, deixou seu principal legado para aqueles a quem auxiliou na alfabetização, que conviveram e discutiram suas ideias e metodologias. Portanto, seguem alguns de seus feitos e fatos para ilustrar brevemente sua projeção mundial:

- O professor brasileiro é o terceiro teórico mais citado do mundo, em trabalhos ligados a universidades das áreas de humanidades, segundo pesquisa realizada na plataforma Google Acadêmico, por Elliot Green¹, professor-associado da Escola Econômica de Londres.
- Após lecionar na Universidade de Harvard entre abril e dezembro de 1969, até o fim deste ano, Freire recebe um convite do Conselho Mundial de Igrejas, em Genebra, Suíça. Foi a partir deste convite que seu contato com o continente africano se tornou mais intenso.
- Prêmio Mohammad Reza Pahlevi, do Irã, pela UNESCO, no ano de 1975.
- Prêmio Mestre da Paz da Asociación de Investigación y Especialización sobre Temas Iberoamericanos, A. I. E. T. I., da Espanha, em janeiro de 1988.

¹ Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/educacao/paulo-freire-esta-entre-os-tres-teoricos-mais-citados-no-mundo/>>. Acesso em 15 fev. 2021.

- Prêmio Andres Bello, da Organização dos Estados Americanos / OEA como Educador do Continente de 1992, em Washington D. C., EUA.
- Medalha Jan Amos Comenius, do governo da República Tcheca, em Genebra, Suíça, em outubro de 1994.
- *The Paulo Freire Awards*, da International Consortium Experimental Learning, em 09 de novembro de 1994, em Washington D.C., USA
- Recebeu uma medalha intitulada com seu nome, Medalha Paulo Freire, por promover uma educação de paz, liberdade, alfabetização e conscientização, do Primeiro Congresso de Formação e Cooperação entre Países Lusófonos, em setembro de 1995, Faro, Portugal.
- *Pedagogia do Oprimido* está entre os cem (100) livros mais solicitados em universidades de língua inglesa.

Em diversos países há institutos que levam seu nome e adotam sua metodologia como base epistemológica, sendo alguns: África do Sul (Cidade do Cabo), Alemanha (Berlim e Munique), Argentina (Buenos Aires, IPF-Chacabuco², Rosário, Tandil) Chile (Santiago), China (Hong Kong), Colômbia (Bogotá), Espanha (Valência), Estados Unidos (Los Angeles), Grécia (Tessalônica), Guiné-Bissau (Bissau), Índia (Calcutá e Mumbai), Israel (Mazkeret Batia e Jerusalém), Itália (Bolonha e Milão), México (Hermosillo), Portugal (Cidade do Porto), Reino Unido

² IPF - Instituto Paulo Freire em Chacabuco, localiza-se na Rua Belgrano 138, Chacabuco, na província de Buenos Aires, Argentina. Site oficial: <<https://instfreirechacabuco.edu.ar/>> .

(Manchester). Diversos outros países têm cátedras em sua homenagem³.

Demonstrar o alcance do legado freiriano acaba por ser um trabalho exaustivo, a não ser que se aborde apenas um de seus inúmeros projetos e trabalhos. Conclui-se, portanto, que inegavelmente Freire consagrou-se enquanto cidadão do mundo.

4. PEDAGOGIA E A CLASSE TRABALHADORA: PRÁTICAS EDUCATIVAS

As relações sociais são alimentadas cotidianamente pelo sistema capitalista e seu processo de expansão. Isso possibilita pensar que sociedades, conforme seu tempo histórico e conjuntural, podem ser lidas como produtos de uma realidade pautada na concepção e disputa de classes sociais.

A história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história de lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestres e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta. (MARX, ENGELS, 2010, pg. 45-46)

³ Um interessante artigo da área de educação organiza um mapeamento de títulos, cátedras, grupos de estudos, em suma, atividades acadêmicas que foram tocadas, influenciadas ou são diretamente parte do legado freiriano (cf. OLIVEIRA; SANTOS, 2018).

Desse modo, é salutar questionar as estratégias de enfrentamento a esse contexto na tentativa de, sobretudo, intervir diante dos desdobramentos de uma sociedade baseada na desigualdade social. Assim, diversos sujeitos, principalmente educadores e educadoras, acreditam que uma leitura crítica da sociedade faz-se fundamental para identificar as tensões produzidas historicamente e que se tornam naturalizadas ao passo de serem aceitas e normalizadas no dia a dia, mas que na verdade deveriam ser combatidas.

Essas tensões sociais resultam de uma sociabilidade capitalista que produz a permanência desse contexto desigual, facilitando assim uma condição de submissão e dominação que soa natural.

A leitura de mundo, segundo ministrava Paulo Freire em suas perspectivas teóricas e políticas, deve preceder a leitura da palavra, de modo a caminhar para a sensibilização das pessoas no tocante à percepção de suas realidades. Assim, era imprescindível que as populações tivessem acesso a uma educação crítica e esse olhar seria o ponto necessário para a ruptura com as hierarquias social e culturalmente produzidas.

Pensar a existência de uma classe trabalhadora corrobora a permanência dessa ruptura social, indica a necessidade de intervenções que possam modificar essas relações desiguais. A educação seria uma ferramenta para a compreensão e, conseqüentemente, emancipação por meio do amadurecimento desses/as trabalhadores/as, os quais eram surpreendidos/as com condições fragilizadas de acesso a uma educação formal. A alfabetização, portanto, manifestava-se como tentativa de mudança e

instrumentalização destes que eram unicamente assolados pela necessidade de trabalhar. Reforça-se ainda que a obrigação de uma carga excessiva de trabalho corresponde à superexploração promovida pelo sistema capitalista.

Desse modo, as concepções teóricas e políticas de Paulo Freire manifestam a necessidade de ruptura com o que foi imposto enquanto prática educativa formal e tradicional e ocupam outros espaços que atendam às demandas da classe trabalhadora e das populações empobrecidas. Alfabetizar homens e mulheres a partir de suas realidades sociais havia se tornado fundamental para uma prática educativa libertadora.

Compreende-se por educação libertadora toda ação educativa que conduza a um amadurecimento qualitativo sobre a visão de mundo de cada sujeito e que não esteja enraizado necessariamente nas demandas emanadas do capital. Dito isto, o ato de alfabetizar os operários *in loco* possibilitou o desenvolvimento de outras práticas educativas que não estejam limitadas a uma concepção tradicional, desenvolvida e aceita como única possibilidade durante uma parcela significativa de tempo da educação brasileira (TONET, 214).⁴

Para Freire (1967), toda compreensão de algo corresponde, cedo ou tarde, uma ação; as ações, portanto, estariam articuladas com a compreensão de mundo. Desse modo, o diálogo, a vivência e a problematização eram consideradas como ferramentas essenciais para o amadurecimento coletivo em sociedade.

⁴ Entendemos atividades educativas de caráter emancipador como todas aquelas que contribuem para que as pessoas tenham acesso ao que há de mais elevado no patrimônio cognitivo, artístico e tecnológico de que a humanidade dispõe hoje (cf. TONET, 2014).

Educar a classe trabalhadora representou, ainda, a compreensão de uma sociedade antagonica e seus desdobramentos. Assim, o não acesso à educação, mesmo estando instituída como política pública na contemporaneidade, reforça o histórico de negação de direitos. Paulo Freire consagra-se no campo da defesa da educação em uma sociedade estruturada em hierarquias, sobretudo atravessada pela busca de acumulação de capitais e manutenção do *status* social. A educação, por sua vez e de acordo com a leitura estabelecida pelo autor, apresenta-se como política e possibilita fazer interpretações diversas quanto à realidade nacional ao perceber os conflitos que emergiram pela omissão dos direitos e consolidação de uma sociedade desigual. Não se pode perder de vista que a prática educativa sofre inúmeras perseguições e criminalizações que continuam nos dias atuais.

A educação se relaciona com a classe trabalhadora por meio da problematização das condições materiais impostas, conduzindo a olhares alinhados com o cotidiano, o qual afetaria a lógica contemporânea e ameaçaria o projeto capitalista de sociedade. Contradizer a condução produtivista e fornecedora de limitações educativas se tornou um ato político materializado pelo método de Freire, consolidando o mesmo como patrono da educação brasileira.

Os saberes populares desenvolvidos no seio de uma realidade social, sobretudo aqueles vinculados entre os grupos subalternizados, conduzem a uma necessidade de atuação consciente nos contextos sociais que os englobam. Assim, Gohn (2012) chama a atenção para uma educação que articule, em seu bojo teórico e interativo,

as demandas das classes populares: “O saber popular politizado, condensado em práticas políticas participativas, torna-se uma ameaça às classes dominantes à medida que ele reivindica espaços nos aparelhos estatais.” (GOHN, 2012, p. 57).

5. A PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA A CLASSE TRABALHADORA E O COMBATE AO ANALFABETISMO

Desde a Proclamação da República até meados dos anos 1940, o esforço do Estado brasileiro em alfabetizar foi diminuto e limitava-se somente às crianças. Adultos analfabetos não eram preocupação dos governantes e levou bastante tempo até que esse grupo marginalizado começasse a ser incluído nas políticas educacionais. Em 1920, 65% da população com mais de 15 anos de idade não sabia assinar o próprio nome (BRAGA; MAZZEU, 2017). Em 1945, um decreto federal permitiu a concessão de verbas para educação a estados e municípios com a finalidade de construção de classes noturnas para jovens e adultos. Esse decreto foi uma das primeiras iniciativas do Estado que trouxe ganhos reais. Ao mesmo tempo, é importante destacar que o conteúdo dado aos adultos era o mesmo dado às crianças. O entendimento que o Estado tinha sobre o analfabetismo era ínfimo.

O campo intelectual do Brasil dos anos 1940 e 1950 estava formulando novas teorias a respeito do desenvolvimento nacional em que o combate ao analfabetismo ganhava maior centralidade. Dentre vários grupos de pensa-

dores, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) era o de maior destaque. De maneira geral, esse centro de pesquisa defendia que o país estava se desenvolvendo e se industrializando; saindo da posição de exportador de matéria prima, poderia vir a se tornar um produtor de mercadorias de alto valor no mercado internacional.

Uma condição fundamental para tal mudança na esfera econômica é a formação de mão de obra qualificada, pois os trabalhos da indústria exigem mais conhecimentos dos trabalhadores para operação das máquinas. Não havia possibilidade de realizar isso enquanto grande parte da sociedade não soubesse ler. Então, rapidamente o debate intelectual sobre o desenvolvimento nacional passou a ver o combate ao analfabetismo como um problema de todos os cidadãos. O trabalhador analfabeto constituía uma barreira ao progresso.

A construção de um sistema de ensino que atendesse à classe de trabalhadores era a solução mais evidente e, ao mesmo tempo, uma tarefa bastante difícil. Os agentes públicos responsáveis pela educação ganharam maior notoriedade no debate público. Dada a dificuldade dessa tarefa, somente o Estado teria forças suficientes para empreendê-la.

Com base nesse “caldo cultural”, foram promovidas campanhas coordenadas pelos governos federais para o combate ao analfabetismo. Uma dessas iniciativas chegou a ser conduzida por Lourenço Filho⁵. A campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), originada

⁵ Manuel Bergström Lourenço Filho nasceu em 1897 no Estado de São Paulo. Empreendeu grandes esforços para reformular a educação pública brasileira. Em sua trajetória profissional chefiou o gabinete do Ministério da Educação e Saúde em 1932; foi primeiro diretor do INEP e primeiro diretor do Serviço de Educação de Adultos (SEA). Enquanto teórico, foi coautor do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Faleceu em 1970 na cidade do Rio de Janeiro.

em 1947, conseguiu até 1950 mais de 15 mil classes noturnas (BEISIEGEL, 2010). Além das campanhas federais, diferentes intentos aconteceram por meio de outras instâncias; Paulo Freire trabalhou em várias.

Freire começou sua militância no Serviço Social da Indústria (SESI). Em seus oito anos nesse órgão, dentre as várias atribuições, a alfabetização era uma delas. A partir de suas práticas educativas com a classe trabalhadora e seus estudos sobre a realidade brasileira, ele começou a formular suas teorias. Em sua tese intitulada *Educação e atualidade brasileira* que defende a ideia, compartilhada com pensadores do ISEB, de que, em conjunto com o desenvolvimento econômico nacional, a democracia também continuaria a se ampliar. Segundo ele, o povo brasileiro sofre de “inexperiência democrática” (FREIRE, 1959, p. 26). Em consequência do passado colonial escravocrata, uma cultura democrática não tinha chance de florescer, o Estado permaneceu autoritário e a classe trabalhadora não cultivou o sentimento de defesa da coisa pública. Não havia condições históricas para o desenvolvimento da democracia. Porém, o Brasil passou por processos que abriram possibilidades históricas. Ele argumenta que a industrialização e o desenvolvimento econômico poderiam servir de mecanismo para que o educador estimulasse o apreço pelo bem público e a responsabilidade social (FREIRE, 1959, p. 27). A vida no meio urbano industrial amplia as esferas de participação do ser humano.

Entretanto, o educador não acreditava que industrialização e democratização mantinham uma relação de interdependência. Esse desenvolvimento econômico

poderia massificar as consciências dos trabalhadores. O trabalho especializado e em série poderia diminuir a esfera de percepção e também de responsabilidade social pelo fato de separar o trabalhador de seu produto final, sua obra.

Frente a essas teorias e experiências, Freire postula que a solução de tal antinomia é a educação. O processo educativo tem capacidade de elevar definitivamente a consciência do povo, sendo importante destacar que nesse período, os analfabetos não podiam votar. Dessa forma, a massificação da alfabetização poderia trazer fantásticas possibilidades políticas rumo à democratização, por exemplo fazer surgir responsabilidade para com a coisa pública, fazer desenvolver interpretações mais complexas a respeito de sua própria realidade, ampliar horizontes de interesse, tomar gosto pelo debate. Em resumo, na perspectiva de Freire, essa ampliação do ensino resultaria na transformação de uma consciência de tipo intransitiva para a consciência transitiva crítica.

Uma educação democrática e democratizante com capacidade de superar as antinomias da sociedade somente pode ocorrer por meio de uma ação dialógica, permeável e participativa. Quando trabalhou no SESI, ele buscava, nos clubes associativos de trabalhadores, chamar os operários ao debate dos problemas comunitários. Era a partir da discussão a respeito da realidade do educando que Freire embasava sua teoria, de que os educandos ampliam sua percepção, e passam a se reconhecer enquanto participantes do processo histórico, quando compreendem a sociedade em que vivem.

6. MOVIMENTO ANTI-PAULO FREIRE E A ESCOLA SEM PARTIDO

Com o avanço do bolsonarismo e de outros grupos com pautas neofascistas, neoconservadoras e neoliberais, o desmonte da educação ganha outros tons, assim como o ataque a autores que pensem a educação de forma comprometida com o desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo, engajada na busca pela conscientização dos sujeitos e construída por meio da relação dialética de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto, Paulo Freire é alvo de constantes ataques que tentam diminuir sua importância no campo científico e no campo da práxis, assim como seu legado reconhecido internacionalmente, sendo isso realizado por meio de discursos de ódio, por criação de *fake news* e por insultos, tanto às suas teorias quanto aos professores que têm afinidade com estas.

Essas ações podem ser percebidas na entrevista à *Gazeta do Povo* (2019) do ex-ministro da educação Abraham Weintraub, ao falar sobre a distribuição de recursos para estados e municípios destinados às escolas do ensino básico:

Se eles querem continuar utilizando o vodu que é Paulo Freire, que não tem comprovação científica nenhuma - aliás tem, não funciona - podem continuar. Só que o resultado vai ser ruim e eles vão receber menos recursos no futuro porque o resultado é ruim. Se eu estiver errado e depois desses vinte e cinco anos que ele é louvado aqui no Brasil, começar a funcionar, mérito dele [...] (WEINTRAUB, 2019, s.p.)

Weintraub procura deslegitimar todo o trabalho de base pautado no pensamento freiriano e responsabilizá-lo pelos incontáveis problemas na estrutura educacional brasileira, como se somente uma pessoa pudesse ter esta capacidade. Além disso, Freire atuou pouco tempo no Brasil devido ao exílio em decorrência da ditadura militar e seu trabalho estava mais voltado à educação de jovens e adultos analfabetos do que à educação infantil.

Nesse movimento anti-Paulo Freire, é possível encontrar algumas produções textuais nas quais os autores buscam refutar seu pensamento, pontuando que conhecem sua produção acadêmica e sua história a fundo. Porém, nesta tentativa de refutação, anulam o conteúdo, distorcem os pensamentos e contextualizam de modo errôneo seus posicionamentos, como pode-se perceber quando Santos⁶ fala sobre a palavra geradora:

O método de Paulo Freire de palavras geradoras explicado, resumidamente, [...] acaba por transferir à consciência do discípulo aquilo que deve se pensar, tornando o espaço de sala de aula um local de propaganda política do verbo conscientizar, sobretudo na sua elogiada educação de adultos. (SANTOS, 2019, p. 34)

Para Santos (2019), ao utilizar a palavra geradora, o educador transferiria suas ideias ao aluno, visando influenciá-lo de forma político-ideológica. Concomitantemente, o uso desse método, em seu entendimento é determinista, uma vez que utiliza palavras do cotidiano do sujeito como ponto de partida para o processo de aprendizagem, dessa forma, tratando-o como se este não pudesse compreender signos que estejam para além do seu cotidiano.

⁶ Thomas Giulliano Ferreira dos Santos é formado em História pela PUCRS e pós-graduado em Literatura Brasileira, e coordenador do livro *Desconstruindo Paulo Freire*.

Ora, como o uso de palavras do cotidiano do sujeito, signos estes que não são mera verborragia, mas sim estão de acordo com suas experiências, tornando o processo de ensino-aprendizagem de mais fácil assimilação, consegue ser determinista? Além disso, percebe-se que seu entendimento sobre a construção de ensino está equivocado, já que Freire criticava esse modelo bancário de educação no qual o aluno é visto como um pote vazio – e sem pensamentos próprios – que será preenchido pelo detentor do conhecimento que é o professor.

Assim sendo, é fundamental questionar as motivações que provocam essa perseguição a Freire e a tudo que o patrono representa. Refletir a quem beneficia os ataques à educação pública brasileira, que sofreu investidas pela PEC 241 – que congela o teto dos gastos, portanto, paralisa os investimentos públicos – e pela reforma do ensino médio, Lei 13.415/2017, que modificou a LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de modo a enfatizar a formação técnico-profissional. Essas medidas traduzem a vontade do neoliberalismo de acirrar ainda mais as desigualdades, como por exemplo, delegar como um objetivo do ensino público a manutenção da mão de obra trabalhadora (MARTINS, 2020).

Em conformidade a esses interesses, há o Movimento Escola sem Partido, criado em 2004 por um grupo de pais e alunos, tendo como representante Miguel Nagib, que estava preocupado com a contaminação político-ideológica que os professores poderiam exercer em sala. Esse grupo visa limitar os debates na escola, cercear a liberdade de fala do educador, visando o apoio a filmagens e gravação de áudios quando for identificada que esta con-

taminação ocorra, para ser usado como prova a fim de o professor sofrer represálias.

Contudo, as pautas do grupo não se limitaram ao seu site e suas declarações em entrevistas, ocorrendo, portanto, projetos de lei tramitando para a implementação do modelo de Escola sem Partido, como o Projeto de Lei do Senado n° 193/2016, de autoria de Magno Malta (PL-ES), arquivado em 2017.

Dessa maneira, os apoiadores das ideias da Escola sem Partido estimulam a perseguição ao professor, semeiam discursos de ódio, buscam colocar amarras e mordidas nos conteúdos e nas formas de expressão como meio de não desenvolver sujeitos a pensarem de modo crítico-reflexivo. Tentam destruir pontes de diálogos e a construção de uma educação engajada, pretendendo silenciar, eliminar as subjetividades dos indivíduos – professores e alunos – para tornar a escola um ambiente reprodutor de narrativas vazias e instrumentais. Todavia, enquanto Freire nos inspira, resistência eles não encontram!

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo sobre vida e obra do patrono da educação, é perceptível como suas experiências influenciaram diretamente as técnicas, os temas, os estudos, as práticas que foram desenvolvidas ao longo de sua vivência, sendo notório que sua fala estava em consonância com sua práxis.

Freire, assim como aqueles que se inspiram em seus ensinamentos, buscou possibilitar o acesso ao mundo da leitura, da escrita, da educação a todos, principalmente

àqueles advindos da classe trabalhadora, que por causa da estrutura opressora capitalista, pouco tiveram acesso a esse universo durante sua infância e adolescência. É imprescindível ressaltar que o acesso a esse universo era construído a partir da troca, pois como já explicitado, o processo de ensino-aprendizagem é dialético.

Nessa perspectiva, é claro perceber os motivos pelos quais tantos grupos ofenderam Paulo Freire no passado e continuam a trazer constantemente seu nome e seus ensinamentos à tona para atacá-los em seguida, dado que visava uma educação democrática, engajada e contextualizada, na contramão do ensino que atende aos interesses da elite. Por isso, faz-se necessário que nós, enquanto cientistas sociais – classe atacada diretamente por defensores dessa educação bancária – estejamos unidos ante esse movimento anti-Freire e neofacista que se alastra pelo país, pois é de nosso conhecimento que o enfrentamento direto, por mais que cansativo e desgastante, propicia a mudança da conjuntura.

REFERÊNCIAS

ANDREOLA, B. A.; RIBEIRO, M. B. Paulo Freire no Conselho Mundial de Igrejas em Genebra. **Estudos Teológicos**, v. 45, n. 2, p. 107 - 116, 2005.

BEISIEGEL, C. R. **Paulo Freire**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2010.

BRAGA, A. C.; MAZZEU, F. J. C. O analfabetismo no Brasil: Lições da história. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, v. 21, n. 01, p. 24 - 46, 2017.

FERREIRA, W.; FILHO, A. A. A serpente pedagógica: o projeto Escola sem Partido e o ensino de sociologia no Brasil. **Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira**, v. 6; n. 12, p. 64 – 80, 2017.

FREIRE, P. R. N. **Educação e atualidade brasileira**. Tese (Concurso para a cadeira de História e Filosofia da Educação) – Escola de Belas Artes de Pernambuco, Recife, 1959.

FRIGOTTO, G. **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARTINS, M. D. O assédio à educação pública e a resistência estudantil no Brasil contemporâneo. **Revista Práxis Educacional**, v. 16, n. 41, p. 849 - 868, 2020.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2010.

PADILHA, P. R.; ABREU, J. (orgs). **Paulo Freire em tempos de fake news**: Artigos e projetos de intervenção produzidos durante o curso da EaD Freiriana do Instituto Paulo Freire. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2019.

PAULO Freire, um homem do mundo. Direção: Cristiano Burlan. 2019. P&B. Disponível em: <<https://sesctv.org.br/programas-e-series/paulo-freire/>> Acesso em: 21 abr. 2021.

SANTOS, T. G. F. dos. Paulo Freire: O patrono do pau oco. In: _____. (org.). **Desconstruindo Paulo Freire**. Porto Alegre: História Expressa, 2017. p. 06 – 52.

SOUZA, A. I. (org.). **Paulo Freire, vida e obra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TONET, I. Atividades educativas emancipadoras. **Práxis Educativa**, v. 9, n. 1, p 09 - 23. 2014.

WEINTRAUB atava PT, Paulo Freire e fala sobre medo de morrer. Produção: Gazeta do Povo. Entrevista, 1 vídeo (32 min., 23 s.), color., 22 nov. 2019. Disponível em: <<https://youtu.be/ef6zjFU0TnY>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

TEORIAS DE RUY MAURO MARINI: DA MARGINALIDADE À VALORIZAÇÃO

Kassia Tamires Lima de Sousa
Antônio Flávio Florêncio Aderaldo
Gabriela Prudencio da Silva Lima
Lucas de Oliveira Aguiar Ferrer

Resumo

Este trabalho discute os principais conceitos elaborados por Ruy Mauro Marini em sua trajetória acadêmica e política, como a Teoria Dialética da Dependência e, conseqüentemente, o Subimperialismo. Propomos um exame da temática do subdesenvolvimento para entender como e em que contexto ocorre a transformação e a integração dos países latino-americanos ao sistema capitalista, bem como quais as conseqüências dessa situação.

Palavras-chave

Teoria Dialética da Dependência. Subimperialismo. Subdesenvolvimento. América Latina.

1. APRESENTAÇÃO

Este trabalho propõe uma leitura crítica acerca das categorias "subdesenvolvimento" e "dependência" no contexto político-econômico internacional e latino-americano, especialmente na formação e compreensão do pensamento político e social brasileiro. Alicerçando-nos na teoria marxista da dependência de Ruy Mauro Marini, nos propomos a elucidar e articular análises de outros autores com vistas a enriquecer a temática sobre o desenvolvimento capitalista.

A constante tensão que existe entre centro e periferia é intrínseca ao sistema de produção capitalista e exige uma análise dialética que nos permita analisar todas as contradições e implicações que essa narrativa provoca.

Dessa maneira e com foco na obra de Ruy Mauro Marini, propomos um caminho por sua trajetória política, a fim de entendermos a elaboração e o desenvolvimento da Dialética da Dependência e do Subimperialismo dentro da particularidade brasileira.

2. VIVÊNCIA E TRAJETÓRIA POLÍTICA DE RUY MAURO MARINI

Ruy Mauro Marini, uma das principais referências do pensamento crítico latino-americano, nasceu em 1932 na cidade de Barbacena em Minas Gerais. Graduou-se em administração de empresas em 1957 pela Escola Brasileira de Administração Pública no Rio de Janeiro e completou sua formação na França em 1958, onde teve

seu primeiro contato com o marxismo, o que desde então virou o seu objeto de estudo e direcionou sua trajetória acadêmica e política.

Em 1961, ao retornar ao Brasil, ele foi um dos fundadores da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP) que propunha uma perspectiva socialista para as lutas populares na América Latina. Além disso, colaborou com a criação da Universidade de Brasília, em 1962, e lá trabalhou como professor até ser exonerado.

Nesse período, Ruy Mauro já nutria a vontade de analisar as sociedades latino-americanas pelo prisma da teoria marxista. Era conhecido como um grande formador de opinião e excelente estrategista. Como temiam os intelectuais que formavam o grupo da esquerda, Ruy Mauro foi preso em 1964; porém, sua soltura foi condicionada ao seu exílio. Residiu primeiro no México, de 1964 a 1969, onde trabalhou como professor e pesquisador no Centro de Estudos Internacionais do Colégio do México, escrevendo artigos de grande destaque acerca da questão brasileira. No ano de 1969, em meio ao surto de movimentos estudantis no México, Ruy Mauro Marini foi convidado a se retirar do país após publicar um artigo sobre o movimento estudantil brasileiro, o que acalorava ainda mais a situação mexicana.

O segundo exílio foi de 1969 a 1973 no Chile. As lutas populares no Chile propiciaram um rápido processo de amadurecimento político do autor. Marini vinculou-se organicamente ao Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR) e transformou-se em membro e dirigente do comitê central. Dedicou-se intensamente a seminários de

teoria marxista e realidade latino-americana. Nesse período, Ruy Mauro Marini elabora sua importante obra política e acadêmica: *A dialética da dependência* (1973).

Seu terceiro e último exílio foi de 1973 a 1984, que o fez transitar pelo Panamá, Alemanha e voltar ao México. Ao chegar no México, ele fixou-se na faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM). Lá ele percebe a necessidade de criar um centro de reflexão sobre a América Latina, além de uma interpretação da conjuntura mundial.

Com a anistia política, Marini regressa ao Brasil, em 1984, e encontra um país repleto de limitações aos seus anseios políticos e acadêmicos, além de uma acentuada desigualdade social e um pensamento crítico fragilizado, resultado da censura e da repressão. Seus textos eram lidos disfarçadamente de forma mimeografada. Apesar de toda censura, acabou virando uma referência para novos militantes que atuavam na clandestinidade e era idealizado na universidade com seguidores que se auto-denominavam marinistas. Ruy Mauro Marini tinha um papel político no exterior com uma extensa produção acadêmica, mas aqui no Brasil ele foi marginalizado no que se refere à discussão política e acadêmica.

Ruy Mauro Marini faleceu devido a um câncer, em 1997, aos 65 anos, na cidade do Rio de Janeiro. Deixou como legado suas principais obras: *Subdesenvolvimento e revolução* (1969); *Dialética da dependência* (1973); *O reformismo e a contrarrevolução: estudos sobre o Chile* (1976).

3. DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA

A questão centro-periferia e o estágio de desenvolvimento do capitalismo têm raízes na reorganização da geopolítica mundial desde a Primeira Grande Guerra. Para Carlos Roberto Marinho da Costa II (2020), este debate inicia-se os anos 1950 e 1960 sob a perspectiva cepalina e tem seu desdobramento com os teóricos marxistas da dependência.

Essa nova configuração geopolítica é marcada pela consolidação da hegemonia estadunidense que se baseia em um “aparato institucional por meio de acordos e mediações de aparatos multinacionais” (COSTA II, 2020, p. 121). Ou seja, as bases hegemônicas têm fundamento em tratados como:

tratado de Breton Woods, em 1944, com a reorganização do comércio mundial e o estabelecimento do padrão de moeda internacional baseado no padrão dólar, e lastreado em ouro. A esta iniciativa seguiu-se a criação da Organização das Nações Unidas, em 1946, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD, parte integrante do Banco Mundial), Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), dentre outros. (COSTA II, 2020, p. 121)

Não obstante, para o autor, nessa sequência de dominação, os Estados Unidos criaram e coordenaram o Plano Marshall para recuperação europeia e estenderam essa estratégia para além da Europa. Com vistas a fomentar o desenvolvimento da América Latina, África e Ásia engendraram comissões na ONU, dentre elas a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em 1948.

Nessa perspectiva, a CEPAL serviu para promover e viabilizar o desenvolvimento capitalista na América Latina, inclusive uma produção intelectual que servisse para a periferia, visto que, até então, as teorias eram mais centrais e de natureza clássica ou neoclássica.

Dentre os autores e as concepções que surgem para explicitar o caminho do desenvolvimento, ou melhor do subdesenvolvimento latino-americano, Costa II (2020) destaca a abordagem cepalina de Celso Furtado, os autores da Teoria Marxista da Dependência (TMD) como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e o debate atualizado de Francisco Oliveira.

3.1 Teoria do Desenvolvimento

Para entender os conceitos criados por Ruy Mauro Marini (2013), é necessário compreender a Teoria do Desenvolvimento e a Teoria da Dependência formuladas por ele, teorias essas que compartilham questões convergentes. Os processos econômicos, políticos e sociais abordados em ambas mostram como o autor observou e compreendeu a realidade brasileira inserida no contexto latino-americano.

A Teoria do Desenvolvimento em Marini tem por objetivo evidenciar a razão das desigualdades políticas, econômicas e sociais inerentes ao sistema capitalista, que, por sua vez, é responsável pela divisão centro/periferia. Tão importante quanto entender e debater a causa das desigualdades, é perceber como essas mesmas desigualdades produzem uma relação de subordinação e dominação.

A teoria desenvolvimentista cepalina parte da concepção de que o desenvolvimento tem caráter evolutivo e pode ser retratado de maneira similar a uma escada; assim os países que se encontram em uma fase do capitalismo mais avançada ocupam os primeiros degraus e os países que estão nas fases iniciais do modelo capitalista situam-se nos degraus inferiores. A posição de cada país é definida, sobretudo, pelas atividades econômicas desenvolvidas e o nível de industrialização. E, a partir disso, criam-se denominações para diferenciar os países em categorias: centro/periferia ou desenvolvido/subdesenvolvido.

Uma vez caracterizados como subdesenvolvidos/periferia, as nações investem na criação de condições de superação desta posição. Para possibilitar que as periferias atingissem o grau de sociedade moderna e racional, eram impostos os parâmetros norte-americanos e do continente europeu que, em um passado recente, esteve nesse mesmo lugar de poder representado pela figura do colonizador. Assim se deu a relação com a América Latina, África e Ásia. Entender esse fenômeno, como dizia Marini (2013), é entender o próprio desenvolvimento do sistema capitalista mundial:

A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Seu estudo é indispensável para quem deseje compreender a situação que este sistema enfrenta atualmente e as perspectivas que a ele se abrem. Inversamente, apenas a compreensão segura da evolução da economia capitalista mundial e dos mecanismos que a caracterizam proporciona o marco adequado para situar e analisar a problemática da América Latina. (MARINI, 2013, p. 47).

No caso da América Latina, a CEPAL lançou o olhar sobre as trocas econômicas entre os países do centro e os da periferia. Sobre essa troca, é possível afirmar que as economias periféricas exportavam matérias-primas e produtos primários, enquanto importavam produtos industrializados de alto valor, fazendo assim com que houvesse uma transferência relevante de renda das economias periféricas para as economias desenvolvidas. Como resposta, conforme Marini (2013), a instituição supracitada aponta a necessidade de economias periféricas se voltarem para o desenvolvimento industrial:

Assim, a industrialização via substituição de importações se impôs, em linhas gerais, em todos os países latino-americanos, conforme as possibilidades reais de seus respectivos mercados internos e de acordo com o grau de desenvolvimento alcançado na etapa anterior. Desde 1920 até o início dos anos 1950, muitos países se lançam por esse caminho, e alguns, como a Argentina, o Brasil e o México, chegam a criar uma indústria leve capaz de satisfazer no essencial a demanda interna de bens de consumo não duráveis. (MARINI, 2013, p. 54)

Um ponto chave para entender a teoria de Marini (2013) é pensar como se dá esse desenvolvimento industrial no Brasil e na América Latina, como se comportam as burguesias industriais de cada país, como o capital estrangeiro com suas trocas desiguais é capaz de gerar consequências e subordinações a um nível estrutural nesse processo.

Desta forma, a burguesia industrial latino-americana passa do ideal de um desenvolvimento autônomo para uma integração direta com os capitais imperialistas, dando lugar a um novo tipo de

dependência, muito mais radical que a anterior. O mecanismo da associação de capitais é a forma que consagra esta integração, que não apenas desnacionaliza definitivamente a burguesia local, como também, entrelaçada à diminuição relativa do emprego de mão de obra própria do setor secundário latino-americano, consolida a prática abusiva de preços como meio para compensar a redução concomitante do mercado, tendo em vista que os preços se fixam segundo o custo de produção das empresas tecnologicamente mais atrasadas. O desenvolvimento capitalista integrado reforça o divórcio entre a burguesia e as massas populares, intensificando a superexploração a que estas estão submetidas e negando-lhes sua reivindicação mais elementar: o direito ao trabalho. (MARINI, 2013, p. 62).

Uma vez compreendida a teoria do desenvolvimento, é possível entender a teoria da dependência e de que maneira uma relação centro-periferia acaba por criar uma relação de dependência política e econômica.

3.2 Teoria da Dependência

Naturalmente, as tendências que Ruy Mauro Marini assinala ocorrem a partir da especificidade da formação social nos diferentes países da América Latina em uma determinada conjuntura.

Dessa maneira, Ruy Mauro Marini (2017) enquadra o desenvolvimento latino-americano na categoria de capitalismo *sui generis*, relacionando a sua perspectiva histórica e dialética em âmbito nacional e internacional, em outras palavras, formulando a categoria capitalismo

dependente. Sales, Batista e Theóphilo (2019) resumem os três pilares que sustentam a dependência de Marini, são eles: o intercâmbio desigual das trocas, a superexploração do trabalho e o processo de industrialização com a cisão no ciclo do capital entre a estrutura produtiva e a capacidade do consumo, transferindo parte da mais-valia da periferia para o centro.

Primeiramente, é imperioso entender como se deu a integração da América Latina ao mercado mundial, paralelamente ao desenvolvimento capitalista internacional. Esse fato que remonta à expansão comercial na qual o continente despontou como colônia produtora e exportadora de metais preciosos e gêneros exóticos com capacidade suficiente para financiar o sistema manufatureiro europeu e a Revolução Industrial, apresentando desde então a base para a evolução dos países centrais em detrimento dos países latino-americanos.

Com a criação da grande indústria e a América Latina como um mercado apto para importar as manufaturas europeias, vê-se uma nova configuração na divisão internacional do trabalho: produção e exportação de bens primários de baixo valor agregado em troca de manufaturas, gerando *déficit* na balança comercial e, conseqüentemente, aumento da dívida externa dos países periféricos:

[...] é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (MARINI, 2017, p. 327).

Conforma-se uma relação de dependência cada vez maior e estrutura-se um desenvolvimento do subdesenvolvimento recriado e ampliado para assegurar e manter a condição de dependência dos países periféricos em relação aos países centrais (SALES; BATISTA; THEÓPHILO, 2019). Dessa maneira, os países desenvolvidos não precisaram se preocupar com as bases de produtos agrícolas, muito menos com o fornecimento de matérias primas industriais, já que tinham fornecedores certos e a preços baixos na América Latina, podendo de especializar produtivamente na expansão industrial.

Consoante Marini (2017), a função da América Latina na acumulação dos países industriais vai além da facilitação do crescimento quantitativo e consiste em uma contradição básica para a teoria da dependência latino-americana que é a troca desigual. Essa troca permite, nos países industriais, o deslocamento da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, logo um aumento da capacidade produtiva, bem como o impulso tecnológico com a mesma jornada de trabalho agregando valor a essa produção em nível qualitativo. Na contramão, os países dependentes passam a superexplorar o trabalhador, ou seja, explorar a mais-valia absoluta.

A América Latina contribuiu, assim, para incrementar a mais-valia relativa nos países industriais, ou seja, dando suporte para a transformação das condições técnicas de produção, aumento da produtividade e das taxas de lucro. Isso encontra explicação no fato deste continente ter se incorporado ao mercado mundial de bens-salário, como provedor dos alimentos que constituem os bens-salários necessários à reprodução da força de trabalho.

As relações de troca deveriam ser equivalentes no intercâmbio de mercadorias, mas as leis de troca são burladas e dão ensejo às contradições existentes nessa acumulação de capital. As trocas entre nações industriais efetuam-se sob leis capitalistas plenas, enquanto as trocas entre nações com produtos distintos, como matérias-primas e produtos manufaturados, efetuam-se sob uma ilusão, caracterizando o sistema de trocas desiguais, que, por sua vez, mostra a venda de produtos com preços superiores ao seu valor. No caso do Brasil, segundo Sales, Batista e Theóphilo (2019), esse intercâmbio desigual estabeleceu grandes endividamentos externos de proporções maiores que a dos países industrializados, resultando no prejuízo em relação à acumulação de capital e reforçando a insuficiência para o seu desenvolvimento. Essa transferência de valor dos países periféricos é alocada em países desenvolvidos, perpetuando a relação de dependência.

Não obstante, essas trocas desiguais exigem mecanismos de ajustes de transferência de valor que, no caso dos países subdesenvolvidos, têm como consequência o mecanismo de compensação. Para Marini (2017) significa lançar mão de uma maior exploração da força de trabalho, seja através do aumento da sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja finalmente combinando os dois procedimentos. Longe de querer corrigir as contradições e o desequilíbrio dos preços, as nações periféricas buscam a compensação pela exploração do trabalhador e do trabalho dentro da sua própria nação, implicando no processo oposto desenvolvido nas nações industriais e o que aparecia como um mecanismo de compensação no nível do mercado é de fato um meca-

nismo que opera em nível da produção interna, em uma busca desenfreada pelo lucro.

Desse modo, na análise de Marini (2017), a superexploração do trabalho consiste na exploração intensiva e extensiva da força de trabalho e baseia-se em três mecanismos básicos que espoliam as energias do trabalhador e o impedem de renová-las. São eles: a intensificação do trabalho; a prolongação da jornada de trabalho que, conseqüentemente, aumenta o tempo de trabalho excedente, consistindo nesses dois casos em um gasto excessivo da força de trabalho que leva a uma exaustão prematura; e, por fim, a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor suas forças de trabalho, reduzindo o seu consumo ao mínimo e indispensável para realizar suas tarefas.

Outro ponto nodal na Teoria Dialética da Dependência de Marini e que também contém suas contradições reside na questão de como se desenvolve o ciclo do capital na economia dependente, separando os momentos da produção e da circulação. Diferentemente dos países industriais, a lógica do ciclo do capital gera um duplo caráter do trabalho, o qual tem como resultado um trabalhador, com capacidade produtora e consumidora, apto a fazer o fluxo da produção se resolver no fluxo da circulação.

O fato é que a produção que se realiza nas nações dependentes está quase que totalmente apartada da capacidade interna de consumo, pois não possui uma demanda de consumo individual dos trabalhadores para realizar a circulação dessa produção, visto que o nível dos salários é demasiado reduzido em consequência da superexploração e dessa compressão do consumo individual do operário em favor da economia de exportação para o mercado

mundial. Já o momento da circulação advém da necessidade de atender à circulação demandada pelos países industriais, se relacionando diretamente com o mercado externo e a necessidade de importação por parte das camadas mais favorecidas da população.

Dessa forma, fica visível que o processo de industrialização latino-americano voltado para o mercado interno se deu de forma débil e dependente das crises proporcionadas pelas guerras mundiais que dificultavam o acesso das camadas mais ricas ao comércio de importação. Houve uma melhora qualitativa do capitalismo dependente, mas fundada sempre na reorganização da dependência em relação a uma demanda pré-existente dos países avançados, o que reforça a acumulação de riquezas nas economias centrais.

Esse processo de produção dependente da industrialização para Sales, Batista e Theóphilo (2019) traduziu-se, no Brasil, na imperiosa necessidade de políticas incentivadoras de entrada do capital estrangeiro, desde a fase desenvolvimentista dos anos 1950 até a ditadura militar, e impactou não somente o plano econômico, como também serviu para o controle e a manutenção da dominação no plano político das relações sociais brasileiras.

Por fim, Marini (2017) conclui que a economia exportadora é a transição para a autêntica economia capitalista nacional e que os resquícios de uma economia colonial determinam como se dão as leis de desenvolvimento do capitalismo dependente de cada país. No caso do Brasil, a questão colonial marcada pelo regime de produção escravista nos permite identificar uma renovação e manutenção de muitas estruturas coloniais internas em uma dinâmica internacional e fundamentalmente intranacional.

Além disso, perdura um padrão de poder capitalista da colonialidade, que é baseado em relações sociais de dominação e exploração entre grupos sociais heterogêneos, o que distancia cada vez mais o Brasil de uma independência.

4. SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO

O conceito de dependência é a base para compreender o conceito de subimperialismo, que, segundo Marini (1977), serve para explicar o fenômeno surgido nos anos 1960-70. Isso porque o subimperialismo é visto como uma tendência que desponta com a nova divisão internacional do trabalho e as novas economias periféricas com *status* de subimpérios, como o Brasil.

Logo, para Natan dos Santos Rodrigues Júnior e Moura (2018), a teoria do subimperialismo pretende explicar, sob o prisma da ditadura tecnocrático-militar, a posição de superioridade do Brasil em relação aos países com baixa atividade industrial.

Dessa maneira, Marini (1977, p. 17) define o subimperialismo como “a forma que assume a economia dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro”. Nesse período de emergência do subimperialismo, a estrutura hierárquica econômica global se metamorfoseou, abandonando o modelo centro-periferia por um novo modelo, no qual algumas economias periféricas com tendências expansionistas e dotadas de certa autonomia convertem-se em centros medianos de acumulação, como potências capitalistas medianas seguem subordinadas ao imperialismo dominante.

Luce (2011), afirma que o pós-guerra foi o ponto de partida para o desenvolvimento da indústria nacional no setor de bens duráveis, com destaque para o Brasil. Devemos levar em conta que, antes disso, o mercado consumidor interno da América Latina sempre foi pequeno, não chegando a ser suficiente para que a indústria se desenvolvesse. O desenvolvimento da indústria de bens duráveis ocorreu de maneira dependente, seja financeira ou tecnologicamente, da indústria dos países centrais, a destacar no caso da América Latina, os Estados Unidos.

Para Luce (2011), o crescimento da indústria nos países periféricos seria possível se houvesse um aumento na distribuição de renda da classe trabalhadora, até então fadada ao subconsumo, para que assim houvesse um mercado interno e a burguesia industrial pudesse, de fato, se tornar autônoma dos países centrais e ter capacidade de concorrer no mesmo nível.

O que não se realizou, é claro, devido à forte interferência dos Estados Unidos nas políticas internas da América Latina. Não é à toa que todos os golpes militares no continente tiveram participação direta ou indireta dos Estados Unidos. Essa ingerência ocorreu também no âmbito da economia. Os Estados Unidos repassaram sua tecnologia obsoleta para o Brasil, o que incapacitou sua indústria de bens duráveis a concorrer com os países centrais e suas tecnologias modernas. Além disso, foi exigido em troca um acordo no qual o Brasil daria prioridade ao comércio com os Estados Unidos.

Apesar da burguesia industrial ter se contentado com o *status* de subimpério, essa aliança não significou necessariamente a extinção do Estado Nacional, mas a trans-

formação desse Estado em intermediário nas negociações com os grupos capitalistas internacionais, exercendo uma relativa autonomia e representando a união do capital com o Estado Nacional, conforme descreve Marini (1977).

Diante do exposto, para Luce (2011), houve um interesse comum entre a grande indústria e a elite militar brasileira, ocasionando a expansão da indústria bélica. Dessa forma, o Brasil pôde então maximizar sua indústria de bens e de capital, saindo da ociosidade e aumentando o número de exportações de produtos bélicos.

Para Marini (2013), essa situação nada mais seria do que a união entre os sonhos hegemônicos da elite militar com os interesses da grande indústria e o progresso industrial. O que passou longe de uma estagnação, que muitos estudiosos acreditavam ter acontecido durante o período tecnocrático-militar.

Em resumo, Rodrigues Júnior e Moura (2018) consideram a etapa do subimperialismo como tentativa de ajustes da burguesia doméstica para solucionar as contradições internas da economia brasileira e para conter as lutas de classes, assegurando assim uma posição estratégica na reprodução da hegemonia estadunidense, tanto na América Latina quanto em outros países dependentes, utilizando-se do Brasil para essa articulação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese do subimperialismo e da dialética da dependência brasileira tem sido retomada por diversos pesquisadores, o que mostra a atualidade das formulações de

Marini. A expansão de empresas de capital estrangeiro não está visando tão somente a prospecção de novos mercados, como afirma Marini, mas intermediando um projeto político.

Nos governos militares, a atuação regional do Brasil se pautava pela superioridade sobre os vizinhos, bem como era movida pela rivalidade com a Argentina. Os Estados Unidos, imediatamente após a Segunda Guerra, estabeleceram fortes bases para um projeto de dominação mundial. Na América Latina, o Brasil foi a escolha mais óbvia, dado o estágio de desenvolvimento relativo de sua economia e suas potencialidades, tanto econômica, quanto populacional e de recursos naturais. O contexto de Guerra Fria também impelia o Brasil a enquadrar-se na doutrina de segurança dos Estados Unidos, assim como os outros governos militares da América Latina, que era marcada por maior intervenção e agressividade em detrimento de políticas de cooperação. O projeto de formação de uma elite alinhada aos valores norte-americanos foi apenas uma etapa da qual o Brasil e os demais países latino-americanos, dada as suas formações de base colonial dependente, não conseguiram escapar, bem como os demais países latino-americanos. Esses fatores proporcionaram dívidas e situação de dependência que hoje são mazelas contra o bem-estar social da classe trabalhadora. A elite nacional não aspira a independência do capital estrangeiro e se contenta nessa situação de vassalagem a países do chamado centro industrial.

O modelo capitalista gerenciado pelos EUA constrange países como o Brasil a entrarem no jogo para se manterem em condições competitivas. Dessa maneira, o

Brasil explorado busca da mesma forma explorar economias menos industrializadas, reproduzindo o processo de subimperialismo. Isso pode ser visto na intensificação da exportação de capitais de multinacionais de origem brasileira, como a Vale e a Petrobras para países da América Latina e África nos últimos anos.

Entender, em perspectiva histórica, a teoria da dependência de Ruy Mauro Marini, juntamente com a categoria de subimperialismo brasileiro, assenta-se na ideia de que pertencemos a uma tradição de pensamento que coloca a formação latino-americana em destaque. Reflexões interrelacionadas se mostram cada vez mais necessárias, sobretudo em tempos de crise, devido às peculiaridades de nosso desenvolvimento para resgatar uma história e trabalhá-la dialeticamente, de modo a construir um futuro que possa vir a superar a situação de dependência por uma via revolucionária.

REFERÊNCIAS

COSTA II, C. R. M. da. O subdesenvolvimento brasileiro: algumas chaves para sua compreensão. **Temporalis**, a. 20, n. 39, p. 119 - 131, 2020.

DOCUMENTÁRIO: Ruy Mauro Marini e a dialética da dependência. Realização: Editora Expressão Popular e Escola Nacional Florestan Fernandes, 1 vídeo (51 min., 43 s.), color., 27 mai. 2014.

GONZÁLEZ CASANOVA, P. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORÓN, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. **A teoria marxista hoje**: Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007. p. 431 - 458.

LUCE, M. S. A **Teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini**: Contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, v. 9, n. 3, p. 325 - 356, 2017.

_____. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Cuadernos Políticos**, n. 12, p. 01 – 13, 1977.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

RODRIGUES JÚNIOR, N. dos S; MOURA, E. M. O (sub)imperialismo: Lênin, Marini e o debate contemporâneo. **REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v. 8, p. 201 - 225, 2018.

SALES, H. L.; BATISTA, A. T. N.; THEÓPHILO, C. R. Teoria da dependência: Um estudo da interlocução dos pensamentos de Ruy Mauro Marini com a realidade empírica brasileira. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 25, n. 1, p. 01 – 22, 2019.

WAGNER, A. Ruy Mauro Marini: uma Interpretação marxista do Capitalismo dependente. **Revista Em Pauta**: Pensamento e Política na América Latina, n. 22, p. 59 - 56, 2009.